

OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa



30
Anos
de
Cultura
Olisipo-
nense



COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes
na
PROVÍNCIA DE ANGOLA
em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e
Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Le Baron Pierre Bonvoisin

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. João Augusto Bexiga

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Sílvio Guimarães

Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau

ORGANISMO
CORPORATIVO

Criado pelo decreto-lei número 26 106, de 23 de Novembro de 1935,
ao qual compete promover a Indústria da Pesca do Bacalhau

SENA SUGAR ESTATES, LTD.

PLANTAÇÕES E FÁBRICAS DE AÇÚCAR EM

LUABO e MARROMEU

.

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.^a livros sobre
todos os assuntos escritos nas
principais línguas europeias

Damos informações biblio-
gráficas e aceitamos enco-
mendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70 - 74

• Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

Secção de revenda e armazéns Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES
MARÍTIMOS
E AÉREOS

AGENCIA DE TURISMO

SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
FOLHA DE FLANDRES
E AÇÓIS
EXPORTAÇÕES
IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

*a preferência que lhe têm
dado para os seus
contratos de seguros*

Capital e Reservas

700 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.^o — LISBOA

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58

• Telef. 32 86 63

• LISBOA

COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE



SEGUROS EM TODOS OS RAMOS

CAPITAL E RESERVAS
Esc. 454.020.521\$23

CORRESPONDENTES EM TODO O PAIS
Sede: Largo do Corpo Santo, 13 - Lisboa - Tel. 3 03 21

ATOMIZADOR *Hipólito*



maior atomização
maior rendimento
maior preço

O PRIMEIRO

ATOMIZADOR

PORTUGUÊS

HIPOLITO

A MARCA QUE OFERECE TODAS AS GARANTIAS



viaje pela



STAR

**TURISMO
VIAGENS**

seguro na



Os nossos antepassados, quando viajavam, faziam-no com a segurança, rapidez e conforto que os meios de então lhe permitiam . . . As exigências da vida moderna tudo transformaram. Para um eficiente apoio ao apressado viajante dos nossos dias a STAR oferece, através de uma rede mundial de correspondentes, a experiência de todos os seus serviços, e a ATLAS, Companhia de Seguros — a cómoda tranquilidade de um seguro de viagens.

Oferta

27. JUL. 1988

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXXIX

JANEIRO/ABRIL DE 1966

NÚMEROS 113/114

Director, o Presidente da Junta Directiva
FERNANDO FREITAS SIMÕES

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 32 57 11

Comp e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 14

SUMÁRIO



	Pág.
QUARENTA ANOS pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i>	3
AS COMEMORAÇÕES DO TRIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DO GRUPO ...	6
CAMINHADAS LISBOETAS DE GIL VICENTE pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	11
NOTA GIL-VICENTINA DE INTERSSE OLISIPONENSE por <i>Júlio Eduardo dos Santos</i>	38
O RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO AOS MOINHOS DOS OLIVAIS (Aditamento) pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	43
A INFLUÊNCIA DE S. TUDE NA TOMADA DE LISBOA AOS MOUROS por <i>D. Laura de Aviz</i>	47
MARCHAS POPULARES — UMA TRADIÇÃO QUE APESAR DE TUDO TENDE A DESAPARECER por <i>Costa Garcez</i>	54
ACTIVIDADE CULTURAL (Quarto trimestre de 1965 e primeiro trimestre de 1966)	57
EVOCAÇÃO DE ESTÊVÃO AMARANTE	63
FELICITAÇÕES E OFERTAS	65
FEIRA DA LADRA	66
SÓCIOS ADMITIDOS NO 2.º SEMESTRE DE 1965	70

CAPA: Praça de S. Bento, por *J. A. Videira*

VINHETAS de *Figueiredo Sobral* e *J. A. Videira*

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

TRINTA ANOS

É mister que ao comemorarmos os nossos trinta anos, antes da fala literária, de que se encarregou o Colega da Junta Directiva Dr. Paulo Caratão Soromenho, alguém diga algo sobre a data que passa e saiu-me a sorte a mim, certamente por estar aos comandos desde a primeira hora — tesoureiro primeiro, editor do nosso Boletim depois e há 14 anos Secretário-Geral, trabalhos que só não são forçados, por serem voluntários, mas que são esforçados pelo desgaste que causam em quem com outros trinta já para aqui entrou.

Dos da primeira hora poucos restam e porque a confiança dos que me acompanham muito me honra, o desgaste é maior, porque a responsabilidade aumenta e chega a conduzir à propensão para a ditadura.

Por isso, reconhecendo as próprias faltas e insuficiências, e até agora — ao que dizem — inexperiência, desde há tempo que venho preconizando a minha substituição.

De resto, o que há a dizer-vos é pouco e já dito, visto que a história, sendo verdadeira, repete-se, como é óbvio.

Dos 14 que assinaram os Estatutos, que aguardam remodelação para serem actualizados, só restam cinco e dos 100 fundadores já desapareceram na voragem do tempo e das suas vicissitudes mais de metade.

Obra feita — o diagrama já apresentado por vezes — aumenta sempre, prova do nosso labor que continua. Assim: Até hoje temos realizado 425 visitas de estudo a edifício da cidade, 150 conferências na sede, e 10 na via pública; são 100 as nossas edições e 112 os números publicado do nosso OLISIPO; saímos de Lisboa, com a-propósitos olisi-

ponenses cerca de 40 vezes, sendo uma para recolocação do marco de Lisboa em Massamá. Têm-se realizado até hoje 53 colóquios olisiponenses, 6 audições musicais, 10 evocações e outras tantas sessões de cinema e fotografia; 40 exposições e 8 circuitos turísticos na cidade, mostrando assim a evolução urbanística. Colocámos em edifícios da cidade 4 lápidas evocativas.

Intenções — as primitivas: nós somos conservadores natos, e temos por vezes de ser contemplativos, por impossibilidade de realizar certos anseios, por não serem da nossa alçada.

Exercemos a colaboração antes da crítica, a propaganda antes da solicitação, enfim o exercício do velho aforismo «água mole...».

Em trinta anos tem passado pelos nossos grupos directivos a élite olisiponense, em cultura, situação e qualidade e a isso junto com a actividade e acção do Grupo se deve certamente o prestígio de que este goza, sempre pronto a colaborar e fazendo-o sem subserviência e com desinteresse e honestidade.

A Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, que em 1956 nos concedeu a medalha de ouro da cidade, merece-nos a melhor consideração e honra-nos sempre a sua consulta sobre o que houver por mister à conservação do típico da cidade, a defesa e conservação dos bens patrimoniais da nossa urbe, no sentido de lhe conservar as suas características históricas, por vezes aqui e ali algo esquecidas.

Temos uma mágoa e um anseio.

A mágoa, a de o Grupo não intervir como votante na eleição da nossa Edilidade, como acontece a agremiações congéneres de certas localidades da província, como o preceitua o código administrativo, e era — parece-nos — de justiça, e que já foi solicitado e indeferido, não sabemos a razão, pois somos alheios a cores políticas ou religiosas: a todas respeitamos.

O anseio, o de sermos considerados de utilidade pública, pela convicção que temos de ter contribuído graciosamente sempre para o bem da ilustração pública, mormente no respeitante à história da cidade, promovendo o interesse por ela, tendo até sido os primeiros a instituir visitas guiadas.

Trinta anos, que na vida individual já pesa, na vida de uma colectividade de índole cultural e bairrista marcam sobretudo, como na nossa, que tem vivido quase exclusivamente na colaboração generosa dos seus sócios, que ainda hoje ultrapassa, e muito, graças a Deus, o milhar, e cujo elo de união para muitos é sòmente o nosso Boletim

OLISIPO, de que está no prelo o n.º 113 e que já hoje é um repositório útil de estudos olisiponenses, obra de colaboradores generosos e desinteressados.

Queremos continuar, com a mesma fé e entusiasmo, animados pelos que estão, auxiliados pelos que venham com novas contribuições, sempre norteados pelo nosso lema de tudo ser A BEM DE LISBOA.

Não é de molde a fascinar o servir nos cargos directivos, não dá azo a aspirações de ascensão: há apenas a certeza do labor gratuito e a exposição a críticas sempre fáceis, mas dá a satisfação do dever cumprido e a consolação de não se ser estranho ao serviço da terra que nos foi berço e tem seu quê de *sui generis* por ser cabeça do Império e a sua sala de visitas — o que impõe ter condições especiais e manter características que a não tornem igual ou semelhante sequer a esta ou outra cidade.

Melhor é anseio de todos que o seja em certos aspectos (higiene, ordem e conforto), mas diferente nos aspectos architectónicos, em que devem manter-se as características que lhe impõe o ser portuguesa, e a que está condicionada pela sua situação geográfica e climatérica.

Não descurar o moderno onde for possível e manter o tradicional onde é mister.

Cidade bem portuguesa e sempre bem lisboeta, eis a síntese de apetecer com fé, boa-vontade e persistência e para isso basta o sentimento de bairrismo de que as velhas tradições do nosso municipalismo são garantia, e por isso nós mantemos, como norma estatutária, o serem lisboetas de nascimento os titulares dos mais representativos e responsáveis cargos directivos do Grupo.

Ufanamo-nos de ser lisboeta de nascimento o nosso sócio de honra Senhor Almirante Américo Deus Rodrigues Tomaz, ilustre e venerando Chefe do Estado, como foram também os seus dois últimos antecessores e o é o ilustre Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, também nosso consócio.

Lisboa e por Lisboa, sempre com ela e por ela e para ela o nosso labor e interesse de sempre. Assim seja *per omnia saecula saeculorum*.

Tenho dito.

EDUARDO NEVES

16 de Fevereiro de 1966.

AS COMEMORAÇÕES DO TRIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DO GRUPO

As comemorações do 30.º aniversário do Grupo iniciaram-se a 12 de Fevereiro com uma missa vespertina, rezada na igreja de S. Roque por amável aquiescência do Ex.^{mo} Provedor da Misericórdia de Lisboa.

Foi rezada pelo nosso consócio Rev.^{do} Padre Artur de Albuquerque Sobral, digno Prior de S. Cristóvão. A missa foi celebrada em acção de graças do 30.º aniversário do Grupo e por alma dos sócios falecidos. Assistiram numerosas senhoras e famílias dos falecidos e os membros da Junta Directiva, Srs. Prof. Doutor Freitas Simões e Drs. Amaral Barata, Eduardo Neves e Paulo Soromenho, Hugo Raposo, Coronel Afra Nozes e Eng. Júlio Eduardo dos Santos e muitos associados.

Em 16 de Fevereiro, às 22 horas, na sede, realizou-se uma sessão solene. Foi presidida por S. Ex.^a o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, nosso consócio, Sr. General António Vitorino França Borges, secretariado pelo Vice-Presidente da Câmara, o também nosso consócio Sr. Aníbal David, pelo Presidente da Junta Directiva, Prof. Doutor Freitas Simões, pelo Presidente da Assembleia Geral, Sr. Prof. Doutor Raul de Carvalho, e pelo Director-Secretário-Geral, Doutor Eduardo Neves. A sessão foi aberta pelo Prof. Raul de Carvalho que deu a palavra ao Director-Secretário-Geral que leu, o que em artigo de abertura «30 Anos» se publica neste número. O orador antes de proferir as suas palavras saudou o Presidente e o Vice-Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, presentes, recordando que ao Sr. Vice-Presidente deve o Grupo a proposta inicial, como vereador, para a concessão da Medalha de Ouro da Cidade ao Grupo, quando

perfizemos vinte anos, proposta essa acarinhada pelo então Presidente Coronel Salvação Barreto e aprovada por unanimidade na sessão de 22 de Março de 1956. Dessa Vereação faziam parte os actuais directores Srs. Dr. Amaral Barata e Eduardo Neves e o Sr. Coronel Afra Nozes. É de recordar que dessa notável vereação quase todos os senhores vereadores eram sócios do Grupo. Recordou também a honra de com o actual Presidente ter colaborado como vereador no início da sua entrada para a presidência da Câmara; a ambos saudou e agradeceu a sua honrosa comparação.

Seguidamente apresentou o orador da sessão Dr. Paulo Caratão Soromenho, que se propõe dissertar sobre «Caminhadas Lisboetas de Gil Vicente»: é ilustre licenciado em Letras e professor de ensino secundário, ocupando actualmente as funções de Vice-Presidente da Sociedade de Língua Portuguesa e de Director da Academia Portuguesa de Ex-Líbris. O Dr. Paulo Soromenho, disse, tem publicado variados trabalhos de investigação, dos quais são de referir: «Introdução dos Contos Populares e Lendas», coligidos pelo Prof. Leite de Vasconcelos, colectânea que com sua Ex.^{ma} Esposa, também formada em Letras, foram encarregados de organizar. São também de sua autoria «O Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo aos Moinhos dos Olivais», «Uma Casa de Alfama» — a sua —, «O Padre António Vieira e a sua Época», os dois primeiros publicados no nosso *Olisipo* e o último no *Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa*. A propósito do Centenário de Bocage teve larga intervenção em Lisboa e Setúbal e o nosso *Olisipo* publicou interessantes artigos seus sobre esse tema.

Seguidamente o Sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho leu o seu bem documentado trabalho, findo o qual, entusiásticos aplausos premiaram o seu notável estudo, sendo elogiado, em rápidas palavras, pelo Sr. Prof. Doutor Raul de Carvalho, que também renovou os agradecimentos, feitos no início da sessão, aos Srs. Presidente e Vice-Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal, bem como a outras entidades que se associaram a esta comemoração.

Usou ainda da palavra S. Ex.^a o Presidente da Câmara, General França Borges, num extenso e brilhante improviso, de belo recorte literário. Saudou os «Amigos de Lisboa», que, num período já longo de actividade, disse terem trabalhado com entusiasmo e acentuada eficiência a bem da Cidade, orientação merecedora de franco aplauso de todos que amam Lisboa; por isso, como sócio do Grupo e como Presidente da Câmara Municipal, com vivo prazer felicitava esta prestimosa agremiação. Louvando-se o esforço despendido de trinta anos de actividade, não se

exalta apenas um passado de grande valor, pois esse aplauso atinge também a acção presente dos «Amigos de Lisboa», a qual continua brilhante. E, enaltecendo-a, antevê-se a sua continuação com o mesmo proveito para a causa que tão nobremente têm defendido. Poder-se-á mesmo sublinhar que se, por inadmissível hipótese, se admitisse a extinção do Grupo, tal facto ocasionaria muito lamentável prejuízo à cultura e prestígio de Lisboa.

Da acção deste tão prestante núcleo olisiponense — acentuou S. Ex.^a — acaba de dar sintética ideia a resenha das suas actividades nos três decénios decorridos, feita pelo Director-Secretário-Geral Doutor Eduardo Neves. Escutou-a com o maior interesse: bastariam essas tão honrosas efemérides para suscitar o caloroso aplauso, que aos «Amigos de Lisboa» trazia em nome da Câmara Municipal.

Felicitou depois, com sincera admiração, o Sr. Dr. Paulo Soromenho, pelo brilhante trabalho que apresentou sobre Gil Vicente, vulto cuja grandeza poderá talvez ser avaliada, a um primeiro exame, considerando-se o afã com que numerosas terras entre si têm disputado a honra de berço do fundador do Teatro Português.

O problema reveste-se na verdade de muito interesse, tanto mais que localidades há que podem apresentar-se com hipóteses de certo valor. A propósito, o Sr. General França Borges referiu o conhecimento, que Gil Vicente muitas vezes manifestou, acerca de regiões próximas da capital, tendo aludido mesmo a algumas pesquisas de documentação que ele orador levou a efeito, há anos, no concelho de Torres Vedras e que, embora sem valor definitivo, por incompletas, não deixam de apresentar aspectos talvez de considerar em novos estudos sobre a questão.

Lisboa pode orgulhar-se de ter contribuído para a celebridade de Gil Vicente e também de haver sido tantas vezes lembrada nas suas obras. Sumamente evocativa a peregrinação, que os assistentes acabavam de fazer, acompanhados de Mestre Gil e do conferente, através de Lisboa, revendo ruas e locais que ainda conservam suas antigas denominações ou outros identificáveis por modernos estudos olisiponenses. Mas a conferência não foi apenas magnífico trabalho literário: toda ela se caracterizou pela originalidade de investigação e conclusões, situando-se consequentemente num plano de produção intelectual de superior mérito.

Reafirmou, depois, o prazer que lhe havia dado a possibilidade de se associar, tanto pessoalmente como em nome da Câmara Municipal, a esta manifestação associativa, podendo assim prestar bem justificada homenagem aos «Amigos de Lisboa», à frente dos quais vê alguns dis-

tintos elementos, cuja competência e dedicação à Cidade, quando exerceram as funções de vereadores, ainda pôde apreciar como Presidente da Câmara.

Que o Grupo «Amigos de Lisboa» conte inteiramente com a Câmara Municipal, era lógica conclusão das suas considerações — disse S. Ex.^a ao encerrar a sua significativa oração.

★

À sessão assistiram representantes da Casa das Beiras, Academia Portuguesa de Ex-Líbris, Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, todos os membros da Junta Directiva, e demais Corpos Gerentes e numerosos sócios, de que nos recorda ter visto os Srs. Conde de Rio Maior, Dr. Carlos Lobo de Oliveira, Professor Cruz Filipe, Jorge Rebelo e Esposa, Virgínio Baptista e Esposa, o Rev.^{do} Pároco de S. Cristóvão, Capitão Costa Pinto, Contador Judicial António Corte Real, etc. O jornal *Diário de Notícias* fez-se representar pelo seu redactor Sr. Armando de Aguiar.

★

Em 27 de Fevereiro, pelas 13 horas, realizou-se no Restaurante Típico «Solar da Hermínia», instalado numa das lojas do prédio onde é a nossa sede, um almoço comemorativo a que assistiram 53 pessoas (sócios e suas famílias), num ambiente de alegria e amistososo convívio. Do almoço foi editada uma ementa artística. Colaboraram além da nossa consócia e conterrânea Hermínia Silva, o conjunto artístico do seu Solar, tendo cantado Isília Maria, Fernando Madeira, Luísa Lopes, Júlio Peres e o cantador peregrino, espanhol, Jesus Torre e Aldea. Hermínia Silva interpretou as suas criações «Nova Tendinha», «Cicerone de Lisboa», «A minha Rua», os fados «Pistarim» e «Ser fadista» e a paródia a Aznavour. Fizeram os acompanhamentos os habituais viola e guitarra, Srs. João Vieira e Vítor Ramos.

Ao café foi servida uma taça de espumoso, oferta dos donos do Solar, tendo nessa altura o Secretário-Geral do Grupo pronunciado as seguintes palavras:

No mesmo prédio, onde vivemos há anos, reúnem-se hoje umas dezenas de sócios e suas famílias, na casa de uma conterrânea nossa, para confraternizarmos ao prefazermos trinta anos.

Já lhe ouvimos o trinar da canção dolente da cidade e deste bairro, onde vivemos, de velhas tradições, e ao levantarmos a nossa taça pelas prosperidades da nossa terra e da nossa agremiação, fazêmo-lo com respeito e amor, daquele amor desinteressado e bem arreigado como o nosso e do nosso milhar de associados, com uma lembrança grata e amiga pelos que não vieram, porque já partiram e há dias comemorámos com unção e saudade. Brindo por todos V. Ex.^{as} e por Lisboa nossa terra.

E assim terminou esta interessante reunião.

★

A propósito da passagem do nosso aniversário foi enviado a S. Ex.^a o Senhor Presidente da República Almirante Américo Deus Rodrigues Tomás, nosso sócio honorário, um telegrama de saudação vincando este facto e a qualidade de S. Ex.^a ser lisboeta de nascimento.



CAMINHADAS LISBOETAS DE GIL VICENTE

pelo Dr. PAULO CARATÃO SOROMENHO

ESPINHOSA tarefa foi esta a que me meti! ⁽¹⁾ E no entanto quanto me satisfaz tê-la completado com a graça de Deus! Foram muitas horas de muitos dias em que andei penetrando um Passado que se tornou, por vezes, tão vivo no meu espírito que, acreditem! deixei de respirar no nosso século para sentir o ambiente misterioso, desconhecido, intenso duma existência olvidada, não perdida. Creio, bem creio, que cada época tem modos especiais de impressionar os sentidos, e a cor e os sons e os gestos e a fragrância e os contactos não são os mesmos no decorrer das gerações: para evocar as sociedades esquecidas precisamos de percorrer os caminhos dos nossos antepassados, de olhar as pedras que eles trabalharam, de interpretar as palavras por eles pronunciadas e fixadas pela escrita, de palpar os móveis e as roupas que tocaram, de ouvir os instrumentos cuja música também ouviram, de reconstituir os sabores e os perfumes. É a penetração total (total — tanto quanto possível...) num meio em que nasceram, amaram, sofreram, trabalharam, morreram os nossos avós e os avós dos deles, e nos conduz à certeza de que, apesar de tudo — das nossas ilusões momentaneamente perdidas ou dos nossos entusiasmos arrefecidos, a Humanidade merece ser desculpada, porque a compreendemos melhor.

(1) Este estudo histórico-literário foi apresentado na sessão comemorativa do 30.º aniversário do Grupo dos «Amigos de Lisboa». Durante a leitura retirei, como é de calcular, a localização dos trechos citados e no texto nem sempre me pareceram necessárias as referências a omissões e enganos de alguns autores. Também não me demorei com topónimos dos arredores da Lisboa antiga, em passos, que julgo sem significado: Alcochete, Alhandra, Barreiro, Belém, Caparica, Cascais, Lumiar e Seixal.

A busca do passado quinhentista foi estafante muitas vezes, ansiada noutras, mas sempre atraente, e de tal forma que só lamentava ter outras preocupações e as tarefas rotineiras a interromperem o esforço da evocação. Tive de reler parte das obras vicentinas e folhear as restantes, conferir notas, confrontar dados e opiniões, preencher lacunas, repor e tentar resolver problemas, colacionar gravuras ou plantas, e cheguei a pretender a fixação de textos para me iluminar na leitura de certos passos. Como se vê não me faltou atrevimento: falharam-me, e abundantemente, a imaginação e o saber — que esses não cedem à ousadia.

Trazêr a uma assembleia culta uma reconstituição histórico-literária poderá chamar-se arrojado meu — de modo algum se suponha inconsciência, e isto por dois motivos fundamentais: por índole e profissão tenho claro sentido das responsabilidades; para conhecimento tenho o apoio de autores e documentos de confiança, a quem e a que, no entanto e por justa prudência, não segui cegamente. Alguns deles, que citarei no decorrer desta comunicação: Mendes dos Remédios, Júlio de Castilho, Vieira da Silva, Pastor de Macedo; as plantas de 1650, de Tinoco, e de 1761, e a célebre gravura de Bráunio, datável de 1596; de outros autores, plantas e gravuras me socorri para cotejo, sem deles extrair informações assinaláveis.

E passo a indicar algo que julgo desde já conveniente.

Os textos vicentinos utilizados por mim pertencem à edição que o Doutor Mendes dos Remédios reviu, prefaciou e anotou para incluir na sua colecção «Subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa», sob o título *Obras de Gil Vicente*, em três volumes correspondentes aos números XI, XV e XVII da colecção, publicados em Coimbra respectivamente nos anos de 1907, 1912 e 1914. Preferi-a por justos motivos: porque a possuo, porque a domino e porque confio nela, com a prudência já citada. Ora, aconteceu que Júlio de Castilho organizou um conjunto de *Contribuições para o conhecimento das Obras de Gil Vicente*, agrupadas em três partes: «Versos líricos ou fragmentos de canções», «Cronologia Gil-Vicentina» e «Índice das Obras», e com aquela larga generosidade que lhe era atributo, de tudo fez oferecimento a Mendes dos Remédios. Comovidamente o sábio professor de Coimbra, que honra a minha Família como um seu membro ilustre, agradece «em forma de prefácio», a 21 de Março de 1913, e denuncia, contra a vontade do doador, o seu nome aureolado pelo talento e pelos sentimentos elevados, ao incluir as *Contribuições* no terceiro volume.

E desde agora se diga: não creio que possa haver quem mais do que eu admire Júlio de Castilho. E por essa mesma basilar razão me auto-

rizo, francamente, sem vaidade exuberante ou fingida modéstia, a completar e corrigir defeitos que se me depararam nas *Contribuições*; de resto noutros autores respeitáveis os encontrei, de maneira especial contradições alarmantes na cronologia.

Apenas direi dos mais importantes e sòmente referentes ao tema deste trabalho, que os outros não são para aqui agora.

Quanto foi escrito sobre Gil Vicente até o ano de 1942 se encontra numa obra monumental publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa e coordenada por D. Luísa Maria de Castro e Azevedo, com o título de *Bibliografia Vicentina*. Destinou-se à comemoração do IV centenário da morte do dramaturgo, e constituiu uma das mais relevantes homenagens que a sua memória recebeu. Do que se escreveu e disse depois daquela data desconheço se haverá catálogo, mas bem conveniente seria agora, e aconselhável por oportuno. São milhares as epígrafes sobre a vida e a obra e os motivos gil-vicentinos (D. Maria Luísa de Castro e Azevedo contou 3216) e, portanto, não posso afirmar que o tema do meu propósito seja inédito. Se sou concorrente de alguém, fique-me a garantia, para sossego da consciência, de que por lombada, referência ou leitura unicamente sei, neste assunto, das *Contribuições* de Júlio de Castilho, acima faladas; e uma ou outra nota accidental. Trabalho que pretende com desenvolvimento e totalmente tratar das *caminhadas lisboetas de Gil Vicente* é, segundo creio, este o primeiro.

As Caminhadas Lisboetas de Gil Vicente vão seguir-se.

Pois, pelo que se aprende nas obras — a parte que nos interessa — a primeira notícia de Gil Vicente em Lisboa é na noite de 7 para 8 de Junho de 1502. A vida tem, por vezes, circunstâncias curiosas! Desconhecemos quando e onde nasceu e morreu Gil Vicente, desconhecemos o que fez durante metade da sua existência; desconhecemos a sua ascendência e a actividade para além da literária; mas sabemos *exactamente* ano, mês, dia, parcela do dia e local em que fundou o Teatro português! Não se pode considerar normal, nos campos da Literatura, a posse de tais pormenores. Dizer-se que tal acontecimento marcante nas Letras se deu em tal momento e em tal sítio é caso raro. E no entanto, do facto tratado há ilustração do que já se disse e ainda que, nessa noite, Gil Vicente entrou na câmara onde se encontrava a rainha parturiente do futuro D. João III e, vede! inaugurou o Teatro em Portugal. Do edifício restam hoje algumas *pedras prováveis*, mas pode fazer-se uma ideia de como era pelos desenhos, mesmo dominados pela fantasia ou adulterados

propositadamente, para que não se notasse o plágio. O que nós podemos ver da Alcáçova pelas gravuras do século XVI — as duas de Bráunio, de 1572 e de 1596 (ou posterior), uma francesa decalcada sobre a primeira de Bráunio, outra do Museu Britânico de Simão Beninc, dos princípios da centúria, reproduzida pelo Eng. Vieira da Silva no seu livro sobre o *Castelo de São Jorge*, e a iluminura da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, da mesma altura, talvez 1505 — é um montão de três grupos de construções sumptuosas: o da nossa esquerda como que debruçado sobre o Rossio, aparentemente ligado ao troço de muralha que termina na Torre de São Lourenço; o do meio, voltado ao Terreiro do Paço, e que julgo ser o Paço Real; o terceiro, à nossa direita, mais recuado. Com aquele rigor científico que lhe não permitia utilizar a imaginação para arredondar o que apreciava, o Eng. Vieira da Silva não entrou em pormenores descritivos, por falta de elementos justos; menos preocupado do que ele (e porque esta tentativa de ensaio histórico-literário, prometendo embora a verdade, liberta um tanto a fantasia), eu inclino-me para que o corpo central desse amontoado seja o lugar extraordinário onde faleceu D. João I, e nasceu D. João II e representou Gil Vicente. Bráunio o diz e a situação o admite: à frente do castelejo, protegido pelos outros aglomerados, com a fachada livre e de impossível acesso imediato, em caso de ataque, pelo escarpado do monte, num terreno a que popularmente se dá o nome de picão, isto é, lugar plano no cimo de um fraguedo⁽²⁾. Uma torre em bico sobrepõe-se a um palácio amplo, cuja frontaria mostra duas filas de janelas, e não se estranhe apenas duas, porque os artistas pensaram unicamente em sugerir e não no pormenor exacto.

Na legenda que acompanha a epígrafe do *Auto da Visitação do Vaqueiro*, anotam-se as pessoas reais presentes: o recém-nascido (não houve o bom-senso pedológico de o afastar do bulício), os pais, a Rainha D. Beatriz (assim se chamava à mãe do Rei, por delicadeza, que ela era infanta, filha do Infante D. João, e viúva do Infante D. Fernando) e a filha Duquesa de Bragança. Aparece agora um problema: no fim do texto do auto declara-se que «gostou tanto a Rainha Velha desta representação que pediu ao autor que isto mesmo lhe representasse às matinas do Natal...».

(2) Vid. *Lisboa Antiga*, IV, cap. II e a informação da situação na p. 59, principalmente.

COPIACAM DE

TODAS LAS OBRAS DE GIL VICENTE, A Q VAL SE
REPARTE EM CINCO LIVROS. O PRIMEYRO HE DE TODAS
suas coufas de deuaçam O segundo as comedias O terceyro as
tragicomedias No quarto as farsas. No quinto as
obras meudas.



¶ Empremiosem a muy noble & sempre leal cidade de Luxboa
em casa de Ioam Alvarez impressor del Rey noosso senhor.

Anno de M. D. LXII.

¶ Foy visto polos deputados da sancta Inquiçam.

COM PRIVILEGIO REAL.

(:.)

¶ Vendem se a cruzado em papel em casa de Francisco fernandez na rua noua.

Gil Vicente foi mais longe e escreveu o *Auto Pastoril Castelhana*, que na altura própria foi apresentado também no Paço da Alcáçova, agora com certeza noutra divisão, naturalmente mais vasta, porque o número de convidados, é de supor, fora engrossado. E na rubrica do *Auto dos Reis Magos* lá vem: «A dita Senhora... pediu ao autor que para o dia de Reis logo seguinte lhe fizesse outra obra». E ainda na Alcáçova do Castelo houve espectáculo a 6 de Janeiro de 1503. Vem depois o *Auto da Sibila Cassandra* cuja rubrica conta que «A obra seguinte foi apresentada à dita Senhora, no mosteiro de Enxobregas, nas matinas do Natal». Quem era a dita Senhora? O Doutor Mendes dos Remédios em nota de rodapé traz o nome de D. Beatriz; na p. 305 do III volume desta edição por que me guio, Júlio de Castilho declara-se perturbado com o facto de a tradição atribuir a D. Leonor de Lencastre, viúva de D. João II, o estímulo que desde princípio foi dado a Gil Vicente, o que contradiz as rubricas dos autos.

E pergunta se não teria sido esquecido o nome de D. Leonor entre as pessoas reais assistentes do *Auto da Visitação*. A perturbação persiste, pois que na página anterior (304) Castilho diz que o auto foi representado à Rainha Leonor no mosteiro de Xabregas e na p. 333 informa de que o foi à Rainha D. Beatriz: como se vê duas apreciações contraditórias e uma dúvida. Ora, eu intervenho para me pôr ao lado da tradição e de D. Carolina Michaëlis, que concordam com a cronologia. Querem ver? D. Beatriz faleceu em 30 de Setembro de 1506, o mosteiro de Xabregas principiou em 1509, D. Leonor de Lencastre abandonou o Paço de Santo Elói, onde vivia (possivelmente depois que D. Manuel I se passou para o Paço da Ribeira em 1505), pelo paço que mandou edificar em Xabregas, ligado ao mosteiro, em 1510 ou pouco depois. Logo, a *Sibila Cassandra* foi apresentada entre 1511, ou mais tarde, e 1525, em que a Rainha, viúva de D. João II, faleceu.

Gil Vicente ainda voltou ao Paço da Alcáçova, para, por mandado de D. Leonor, fazer representar na capela de São Miguel⁽³⁾ o *Auto dos Quatro Tempos*, «nas matinas do Natal»: de quando? Na sua *Lisboa Antiga* (iv, 40), Júlio de Castilho afirma:

... noutro ano próximo [ao de 1503], não indicado nas obras do poeta, ... nas matinas do Natal e na presença de seu marido, a rainha D. Leonor teve a felici-

(3) Ou de Santa Bárbara, muito nítida na planta de 1761. Vid. Vieira da Silva, *O Castelo de São Jorge de Lisboa*, 2.^a ed., pp. 103-104; plantas nas pp. 17 e 21.

dade de ouvir e aplaudir talvez com o seu entusiasmo juvenil o *Auto dos Quatro Tempos*.

Manifesto engano do ilustre olisipógrafo: a notícia diz que o auto foi «por mandado da sobredita Senhora, sua [dele, D. Manuel] irmã», portanto a viúva de D. João II; se fora D. Leonor, mulher de D. Manuel e irmã de Carlos V, não teria acontecido como informa «noutro ano próximo», pois que o terceiro casamento do Venturoso realizou-se em 24 de Novembro de 1518 (Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, II, 299). Aventuro-me a propor uma data possível entre 1503 e 1511, ano em que a Rainha D. Leonor terá passado para Xabregas, a fim de ficar mais próxima da sua grande obra. Não julgo muito natural que, podendo utilizar a Madre de Deus (quer o mosteiro, como diz a rubrica da *Sibila Cassandra*, ou o palácio, segundo crêem alguns autores), viesse, e sendo a resolução sua, assistir a um espectáculo na capela de São Miguel.

Por 1505 já o Paço da Ribeira — que se tornará a mais rica, luxuosa, deslumbrante habitação portuguesa de todos os tempos, e que o terramoto de 1755 reduzirá ao triste e misérrimo destino de tudo quanto é humano — já o Paço da Ribeira, dizia, era habitável, e tanto assim que ali se verá outro documento, com alto interesse crítico, da autoria de Gil Vicente: a farsa *Quem tem Farelos?* Observa Júlio de Castilho, na edição por que me guio (III, 330), que no Paço da Ribeira havia «as comodidades indispensáveis a representações e visualidades cénicas», por ali se terem visto várias obras vicentinas. De facto na noite de Endoenças de 1508 (não há notícias de Gil Vicente em Lisboa durante mais de dois anos) foi presente o *Auto da Alma* — obra-prima do teatro vicentino⁽⁴⁾ e de qualquer país, época ou autor, cuja semelhança com certo passo do *Fausto* de Goethe tem dado que pensar.

O processo poético de Vasco Abul, organizado por Henrique da Mota e incluído no *Cancioneiro Geral*, decorre em Almada, e dada a vizinhança de Lisboa temos que por 1509 Gil Vicente, que nele deu parecer, aqui fazia suas caminhadas (I, pp. XXIV-XXV).

Em 1510, representa, parece que por duas vezes, segundo se depreende da rubrica, o *Auto da Fama*, uma delas, ou ambas, no Paço de Santos-o-Velho, que D. João II fundara e «Era então, por este tempo, um local aprazível cheio de sombras e regatos sussurrantes, a dois passos do rio, onde pela época calmosa apetecia viver», crê Francisco Câncio (*Lisboa*

(4) Vid. Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, II, 167.

de Outros Séculos. *À Sombra dos Paços Reais*, II, 8). Foi habitado algumas vezes por D. Manuel, D. João III e D. Sebastião; antes de adaptado a paço real havia sido ocupado pelas Comendadeiras de São Tiago, transferidas depois para Santos-o-Novo.

Braamcamp Freire sugere o ano de 1511, no Carnaval, para o *Auto das Fadas*, enquanto Júlio de Castilho (III, 303) pressupõe o período muito duvidoso de 1502-1504, por nele o dramaturgo dedicar panegíricos ao Príncipe D. João e às Infantas D. Isabel e D. Beatriz. Ora estes filhos de D. Manuel nasceram precisamente dentro deste período, nos anos seguintes de 1502, 1503 e 1504, pelo que só depois desta última data a representação poderia fazer-se.

A figura central é a feiticeira Genebra Pereira, por quem a Rubena chamará (II, 19), em 1521, esperando que ela a benza e lhe tire o quebranto. Pois Genebra Pereira, que talvez tivesse tido existência real na Lisboa supersticiosa de quinhentos, vem queixar-se a El-Rei e mostrar-lhe a necessidade dos seus feitiços. E declara (II, 293):

Eu sou Genebra Pereira
Que moro ali à Pedreira...

O local assim designado por antonomásia, como parece, pois não especifica de que Pedreira se trata (e havia, pelo menos, mais duas em Lisboa) seria a mais importante das três Pedreiras: quando se enumerava assim simplesmente, todos se lembrariam em primeiro lugar do sítio de nós hoje conhecido por Largo do Carmo (Campo da Pedreira: Vid. Vieira da Silva, «A Judiaria Velha de Lisboa», in *O Arqueólogo Português*, vol. V, n.ºs 11-12, 1899-1900, p. 305).

Mais adiante dá-nos uma nota familiar tragicómica (II, 303-304):

Ó picota da Ribeira
Que estreamam meus avós...

Onde seria a picota, isto é, forca ou pelourinho, julgo poder determinar, pelo que conta Vieira da Silva in «Os Pelourinhos de Lisboa» (*Dispersos*, I, pp. 14-17), no Terreiro do Paço, instalada aí antes de 1510.

Ainda a Genebra Pereira fala (II, 294) noutra ponta da cidade:

Cavalgo no meu cabrão
E vou-me a Vale de Cavalinhos
E ando quebrando os focinhos
Por aquelas oliveiras...

Júlio de Castilho (III, 344) localiza: «Sítio dos subúrbios de Lisboa, ao norte de Arroios»; Pastor de Macedo (*Lisboa de Lés-a-Lés*, v, 49) precisa que é a Rua do Vale de Santo António. Já agora, ainda que a feiticeira pareça falar de sítio conhecido dos espectadores, e já identificado, como se viu, recorro que na mitografia popular portuguesa o Vale dos Cavalinhos é sítio ideal para reunião de diabos, bruxas e feiticeiras.

Em 1512 depara-se-nos por cá o nosso poeta — tudo leva a admitir, embora a rubrica do *Velho da Horta* nada conte a tal respeito. E é curioso que Júlio de Castilho, que não anota esta suposição nas *Contribuições* oferecidas a Mendes dos Remédios, põe a possibilidade na *Ribeira de Lisboa* (II, 167) da sua apresentação na capital, embora em sítio não fixado. O ambiente é realmente lisboeta e há mesmo um passo que comprova o local da acção. Quando uma mocinha noticia ao Velho da Horta o castigo da alcoviteira e o casamento da moça que fora a perdição do gaiteiro velhote («Õa moça tão fermosa, que vivia ali à Sé...», I, 315), ele lamenta-se:

Oh! coitado! A minha é.

Veja-se ainda uma rapidíssima nota lisboeta na *Farsa dos Físicos* (que Braamcamp Freire data de 1512), quando Mestre Filipe (II, 413) diz:

Sardinha há na Ribeira.

Por erro, decerto de revisão, na cronologia organizada por Júlio de Castilho (III, 295), aparece indicado o ano de 1512 como o da representação do *Auto da Barca do Inferno*; sem querer, o autor se corrige, mais abaixo, ditando a data de 1517.

Em 1513 o Paço da Ribeira ilustra-se com o *Auto da Exortação da Guerra*, de ambiente palaciano e patriótico, ligado a um acontecimento que entusiasmou o Portugal de então: a conquista de Azamor no Verão seguinte. O facto mereceu o primeiro poema heróico da nossa literatura, recolhido no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende.

Esperamos agora quatro anos para encontrarmos Gil Vicente novamente nas ruas de Lisboa. Pouco antes de 7 de Março de 1517, em que faleceu a Rainha D. Maria, segunda esposa de D. Manuel I, na sua câmara e já no leito de morte, a pobre senhora assiste ao *Auto da Barca do Inferno*. Na peça, onde a crítica vicentina atinge feições mais agudas e penetrantes, há uma referência a um edifício de longa e trágica

história — o Limoeiro (I, 115). Afirma um enforcado, agora desiludido com o que lhe dissera o confessor:

E no passo derradeiro
Me disse nos meus ouvidos,
Que o lugar dos escolhidos
Era a forca e o Limoeiro...

Pelo Natal do ano seguinte (1518) no Hospital de Todos-os-Santos (talvez para juntar maior número de assistentes), a gente de Lisboa vê o *Auto da Barca do Purgatório*, espectáculo a que se dignou comparecer, mais uma vez, a grande e carinhosa Princesa Perfeitíssima, que tão enérgico apoio concedeu a Gil Vicente.

Em 1519 apareceu em Lisboa um intrujão de alto lá! Era castelhano, de nome Filipe Guilhém, que, afirmava-se, fora boticário em Puerto de Santa Maria:

... o qual era grande lógico e muito eloquente de muito boa prática que antre muitos sabedores o folgavam de ouvir: tinha alguma coisa de matemático; disse a El-Rei que lhe queria dar a arte de Leste a Oeste, que tinha achada. Pera demonstra desta arte fez muitos instrumentos, antre os quais foi um astrolábio de tomar o sol a toda a hora: praticou a arte perante Francisco de Melo, que então era o melhor matemático que havia no reino, e outros muitos que para isso se ajuntaram per mandado de S. A. Todos aprovaram a arte per boa; fez-lhe El-Rei por isso mercê de cem mil réis de tença, com o hábito e corretagem da casa da Índia, que valia muito. Neste tempo mandou S. A. chamar ao Algarve a um Simão Fernandes, grande astrólogo matemático; tanto que o castelhano falou com ele, que viu que o entendia, e que lhe fazia de tudo falso, quis fugir para Castela; descobriu-se a um João Rodrigues, português, que o mandou dizer a El-Rei, que o mandou prender em Aldeia Galega, estando em um cavalo de posta. Sendo preso, porque era grande trovador, lhe mandou Gil Vicente estas trovas. (III, 257)

Gil Vicente pisaria então pedras lisboetas, pois que fez tais trovas. Foi nessa altura (alguém dirá 1509...) que o famoso poeta compôs a graciosa sátira dramática, o *Auto da Índia*, interpretada pela primeira vez em Almada perante D. Leonor, e cuja acção decorre em Lisboa:

Se eles estão em Rastelo... (II, 256)

Ando dizendo entre mi
Que agora vai em dois anos
Que eu fui lavar os panos
Além do Chão de Alcami,
E logo partiu a armada
Domingo de madrugada. (II, 265)

Mas que graça que seria
Se este negro, meu marido,
Tornasse a Lisboa vivo... (II, 265)

Ora o Chão de Alcamim era o actual Largo do Caldas, conforme demonstra Pastor de Macedo (*Lisboa de Lés-a-Lés*, v, 61-65); o Dr. José Pedro Machado, que desconhecia esta localização estabelecida pelo erudito olisipógrafo, admite que o sítio será em Lisboa ou mesmo nos arredores (região de Sintra), deprendendo-se das suas palavras que aceita melhor esta última hipótese (*Influência Árábica no Vocabulário Português*, I, 145-147).

O ilustre arabista, meu querido Amigo, adivinha que a forma *Alcami* é imposta pela rima e não pronúncia lisboeta — o que se confirma pelos documentos citados por Pastor de Macedo: era o Chão de Alcamim.

Informa ainda este autor que segundo Frei João de Sousa (*Vestígios da Língua Árábica em Portugal*) *alcamim* significa *hortaliça seca*.

No entanto é de notar certa referência cronológica que pode deslocar para mais cedo a composição deste auto, pois que representado em 1519, nada impede que fosse escrito por 1517. Querem ver? Quando a moça e a ama fazem o cálculo do tempo há que o marido partira para a Índia, admite a rapariga que fora dois anos antes, pois relacionou a largada com a sua ida ao Chão de Alcamim; insiste na rememoração e evoca (II, 265):

... Três anos há
Que partiu Tristão da Cunha.

E corrige ainda, perante o comentário da ama que fala em ano e meio:

Mas três e mais haverá.

Se Tristão da Cunha, segundo a informação de Júlio de Castilho (III, 312), saiu de Lisboa em 1514, temos que Gil Vicente terá redigido esta saborosa farsa, como disse, por 1517, aceitando que em todos os cálculos da moça não há fantasia do autor.

A rapariga informa do regresso do pobre marido (II, 266):

A «Garça» em que ele ia,
Vem com mui grande alegria:
Per Rastelo entra agora.

A informação provoca precipitada celeuma e o mais cómico e cruel, por hipócrita, acolhimento. Entre muitas, a mulher sai-se com estas (II, 267):

E eu fui-me de madrugada
A Nossa Senhora de Oliveira.
E coa memória da cruz
Fiz-lhe dizer uma missa,
E prometi-vos em camisa
A Santa Maria da Luz.
E logo à quinta-feira
Fui-me ao Espírito Santo
Com outra missa também.
Chorei tanto que ninguém
Nunca cuidou ver tal pranto.

De três templos lisboetas reza a velhaca: Nossa Senhora de Oliveira, na Rua Nova dos Ferros, ainda hoje de muita devoção, há anos aumentada com a ida para lá da imagem de Santa Rita, deslocada da extinta igreja de São Julião e junto de que vivera Vasco da Gama (*Lisboa Antiga*, IV, 71-72); Santa Maria da Luz, ao tempo simples ermida, a uma légua de Lisboa, e que a célebre Infanta Dona Maria transformará notavelmente; e o Espírito Santo, que Júlio de Castilho identifica com a capela de Alfama, na Rua dos Remédios, mas que poderia ser a da mesma invocação existente à Pedreira, quer dizer, ao Carmo, e que vem desenhada na gravura de Bráunio, de 1596, sob o n.º 128.

A rubrica das *Cortes de Júpiter* atribui a estreia a 1519, o que é erro corrigido por Júlio de Castilho para 1521, já veremos porquê.

A *Comédia da Rubena*, datada de 1521 e dedicada ao Príncipe D. João, que dentro de meses será D. João III, é de feição lisboeta, ainda que Júlio de Castilho pareça não o ter querido reconhecer nem se atreva a enquadrá-la nas peças representadas em Lisboa. De resto julgo que lhe deu pouca atenção, ou houve perda de verbetes, ao organizar o seu índice analítico, pois nele se nos deparam apenas, para o caso lisboense, os topónimos Calca-Frades e Porta do Oiro. E no entanto há bastantes.

A feiticeira acompanha Rubena naquele transe doloroso e com o auxílio dos diabinhos procura ama e um berço. É de subido interesse toda a movimentação que ressalta da peça:

Dois de vós me vão furtar,
Ali a par da Trindade,
Um berço que deu um frade
A Joana de Aguiar... (II, 30)

— Draguinho, tu a São Vicente de Fora.
— E tu?
— À Sé... (II, 31)

Um berço tem ãa mogueira
Na Rua de Calca-Frades,
Manceba de dois abades. (II, 31)

Não consegui — em busca tanto ou quanto precipitada, valha a verdade — encontrar a Rua de Calca-Frades. Únicamente li em Gomes de Brito (*Lisboa do Meu Tempo e do Passado*, 1, 39) uma referência a esta via pela singularidade toponímica.

Quanto ao vocábulo *mogueira* pensa o Doutor Mendes dos Remédios que será *mogeira* (e isso dá, realmente, sentido), isto é, alcoviteira velha: neste caso manceba de dois abades, mas nada impede a mancebia, se pensarmos que o amor não escolhe a idade...

Está ãa lavrandeira
Lá no bairro sobre Alfama,
Que mais parideira dama
Não há i mais parideira. (II, 31)

O bairro sobre Alfama será o Castelo ou São Vicente? Alvitro o primeiro caso.

Eu vou buscá-la a Carnide
E tu vai a Sacavém. (II, 31)

Mas tu vai a Santarém
E eu irei a Campolide.
Mas eu será bom que fique
E tu vai a Montachique. (II, 31)

É de sumo pitoresco esta agitada busca de uma lavradora de leite para criar e de um berço, através da cidade que é toda corrida — de

São Vicente ao Castelo, do Castelo à Sé, da Sé à Porta do Ouro, da Porta do Ouro à Trindade, e pelos arredores: Campolide, Carnide, Cabeço de Montachique (actualmente nas freguesias de Loures e de Fanhões, no concelho de Loures), Sacavém, Paço do Lumiar, Oeiras. É nestes dois últimos locais que se lhes depara o que procuram.

Encontram finalmente um berço:

— Que vos parece, noss'ama?
Este berço fomos furta
Ao Paço do Lumiar
Que foi dado a ãa dama
De Frei... quero-me calar.
— Dizei-mo à puridade.
— Quereis saber? É um frade
Um Frei Vasco de Palmela,
Um que tinha Madanela,
Colchoeira na Trindade. (II, 32)

Na lengalenga da parteira ouve-se nomear um ponto famoso da Lisboa de D. Manuel:

Vai-te à Porta do Ouro,
Acharás teu parceiro. (II, 21)

Tem seu quê de prolóquio popular, que a Lisboa da época diria em tom meio irónico. Júlio de Castilho considera sobre isto (III, 337):

Explico assim: num lugar tão frequentado topava-se gente de todas as classes: O Nobre que ia tomar o fresco, o marítimo que ia embarcar no seu galeão, o onzeneiro em busca de vítimas, o devoto que ia rezar ao Corpo Santo, o Fidalgo que se encaminhava para o Paço da Ribeira, o carregador que esperava o frete, o Frade, o gaiato, viam-se ali numa promiscuidade pitoresca, verdadeiro quadro de uma cidade cosmopolita como era a de Lisboa dos navegadores. Logo, cada qual podia dizer que naquele ponto de embarques e desembarques acharia gente da sua classe, acharia o *seu parceiro*. Será isto?

Eu penso que sim, e digo mais uma vez: Que bem escrevia Júlio de Castilho! Esta Porta do Ouro ou da Oura, também conhecida por Arco do Ouro ou da Oura, é o n.º 63 da gravura de Bráunio, de 1596; Castilho fala dela na *Ribeira de Lisboa*, IV, 53 ss., e vid. nota subsidiária n.º 4.

Nesse ano ainda, antes de 9 de Agosto, que foi o dia melancólico da partida da Infanta D. Beatriz para se ir juntar a seu marido, fez Gil Vicente representar a sua tragicomédia *Cortes de Júpiter*, no Paço da

Ribeira, para homenagear a Duquesa de Sabóia. A esta peça a rubrica atribui a data de 1519, claro erro a que Júlio de Castilho fez a devida correcção, pois só poderia ser de 1521, sendo então que (I, 241):

Ya se parte la Ifanta,
La Ifanta se partia
De la mui leal ciudad
Que Lisboa se decia.

E a cidade toda se apresta para galhardamente se despedir da sua querida princesa (I, 230-232):

Sairão desta cidade
Toda a geralidade
Dos nobres per este mar.
.....
Os cónegos da Sé embora,
Em figuras de toninhas,
Irão com esta Senhora
Até bem de foz em fora,
Por essas ondas marinhas.
E também até Cascais
Irão os Vereadores,
Feitos rodovalhos tais...
.....
Os da Moeda irão tornados
Em garoupas da Guiné...
.....
Sabeis vós quem irá bem
Em figura de baleia?
Gil Vaz da Cunha; porém
Encalhará em Belém
E dirá: Eis-me na areia.

Pouco tempo haverá de alegria para a Corte portuguesa. Em princípios de Dezembro, D. Manuel adoece gravemente e em 13, dia de Santa Luzia, despede-se do Mundo.

Gil Vicente escreve duas sentidas composições poéticas dedicadas ao seu protector, evocando na primeira (I, 372) a partida da Infanta D. Beatriz, e descrevendo na segunda (I, 373) a dor causada pela morte do rei e o seu enterro para Belém.

Passados seis dias, a 19, faz-se a aclamação de D. João III. O poeta escreve um romance poético (I, 378), em que pormenorizadamente narra o cortejo e as cerimónias do acontecimento — o que constitui uma crónica

circunstanciada. Fala na Rua Nova, a celeberrima Rua Nova dos Ferros, e em São Domingos, o famoso templo tão ligado à História de Lisboa e de Portugal (I, 379-380 e 383-384):

Não foi tal contentamento,
No povo todo em geral,
Como ver na Rua Nova
Ir o seu Rei natural,
Com tanta graça e lindeza
Que não parece humanal.

.....
Chegou assi a São Domingos
Onde estava o Cardeal...

.....
Eu estava cá no chão,
Como outro desmazelado,
Do teatro tão alongado
Que via beijar-lhe a mão,
Mas não ouvia o falado.

.....
Diriam os Vereadores
Da mui nobre e sempre leal...

E agora vem ao bico da pena o traçado da Rua Nova tão claramente definido na planta da Judiaria Velha, por Vieira da Silva (*O Arqueólogo Português*, v, n.ºs 11-12, 1899-1900, p. 326): Principiando na Rua do Ouro, incluía a Ermida de Nossa Senhora de Oliveira e o Chafariz dos Cavalos, cruzava as esquinas da Rua Augusta e de São Julião, penetrava no local hoje ocupado por prédios em direcção às esquinas da Rua do Comércio com a Rua da Prata, seguia pela área de outros prédios até acabar no cruzamento da Rua dos Fanqueiros com a Rua do Comércio. E agora vem a ocasião de reler a página bem conhecida de Oliveira Martins (*História de Portugal*, II, 9.ª ed., 21-22):

Apesar das desordens e das pestes, Lisboa contava mais de cem mil habitantes, porque a emigração era abundante, do reino e de fora dele. Irregular nas suas ruas tortuosas, e tão estreitas que muitas vezes os carros esmagavam contra os muros quem passava, a cidade tinha na Rua Nova dos Ferros uma artéria, que era ao mesmo tempo o coração da sua vida comercial e o da sua vida brilhante. Contava cerca de vinte lojas de panos, trinta de sedas e outras fazendas, treze de mercearias e especiarias, nove boticas, onze livreiros, e mais de cinquenta sirigueiros e ourives. À porta dos bazares dos homens de negócio, naturais e estrangeiros, pavoneavam-se os casquilhos; e todos os préstimos e procissões desfilavam por essa artéria opulenta da cidade. Aí pulsava o coração da capital feito

de luxo e devoção; aí se cruzavam os trajos variegados e as cores diversas das gentes remotas que as conquistas traziam a Lisboa. Perpassavam as pretas com as canastras da limpeza à cabeça, ou vendendo água por conta dos senhores: havia milhares delas em Lisboa. Perpassavam os mendigos rotos e os fidalgos vestidos de seda. Corria a multidão num sentido, e ouvia-se o rumor surdo de um préstito: era o rei, que vinha de passeio com o seu cortejo asiático. À frente aparecia a ganga, rinoceronte de África; depois, como montanhas, os cinco elefantes das cavaliças do rei, recamados de xairés de brocado; depois, num cavalo da Pérsia, o caçador com a onça, como na embaixada papal; por fim o rei e a corte, cavalgando, cercados e seguidos pelas bandas de atabales e clarins. Era um rei da Europa? Era um rajá da Índia? Ou um soldão de Babilónia?

A rubrica da *Farsa das Ciganas* indica como o da sua estreia o ano de 1521, em Évora, perante «o muito alto e poderoso Rei D. João». Impossível! O luto recentíssimo não o consentia, e Júlio de Castilho sugere o ano de 1531; outros autores propõem 1525.

Em 1522 não há notícia de Gil Vicente: o motivo acabado de citar pode ser justificativo para este silêncio do dramaturgo. Contudo a *Bibliografia Vicentina*, organizada por D. Luísa Maria de Castro e Azevedo, informa de que o *Pranto da Maria Parda* é de 1522 (p. 765): terminarei com ele o presente estudo.

No Natal de 1523 apresenta-se o *Auto Pastoril Português*, e diz a rubrica que foi em Évora: Júlio de Castilho confirma isto na *Cronologia* (III, 296) mas indica Lisboa no índice analítico (III, 346). Há-de ser engano seu.

Ora em 1525, a 5 de Fevereiro, realizou-se o casamento de D. João III, com D. Catarina. Em Évora, Gil Vicente apresenta a tragicomédia *Frágua de Amores*, onde a lembrança lisboeta está viva, ou não fosse Gil Vicente — nascesse lá onde Deus queira — um homem da nossa cidade! Aparece um frade (II, 169), que informa o público:

Senhores, fui carpinteiro
Da Ribeira de Lisboa...

Passadas semanas (apesar de a rubrica, por engano certamente, indicar 1527) leva à cena *A Nau de Amores*, vista quando da entrada da Rainha na capital. Tem como figura de fundo a Cidade de Lisboa, que vem vestida de princesa e fala a Suas Altezas, para as cumprimentar.

lamentando que não seja ainda o tempo alegre e garrido das flores, donde se conclui que a Família Real chegou antes da Primavera (II, 129):

Eu venho beijar as mãos soberanas
De Vossas Altezas, meus Reis soberanos,
Com tanta vontade, que há três mil anos
Que nunca tal tive a pessoas humanas.
Porém eu quisera,
Porque esta vontade vos aparecera
Que tão lindas flores vieram por Maio,
Que então minhas festas puseram desmaio
A quem já viu festas em reinos maiores:
Tais festas fizera!

Um pajem vem anunciar a chegada do Príncipe da Normandia, que deseja encontrar-se com a Cidade de Lisboa, e ela dispõe-se a recebê-lo (II, 129-130):

Eu lhe irei logo falar
Lá ó Chafariz de El-Rei,
Quando ele quiser falar;
Ou da Torre da Varanda,
Ou lá no Cais da Madeira,
E veremos o que manda...

Reconhece, pois, que o melhor local para Lisboa receber o príncipe, segundo ela escolhera, foi nada mais, nada menos do que Alfama: junto do Chafariz do Rei, ou na Torre da Varanda, ou no Cais da Madeira. Quanto à localização do Chafariz não há que hesitar: é o mesmo e conhecido que ali se nos depara ao Terreiro do Trigo e de que Júlio de Castilho escreve (*Ribeira de Lisboa*, II, 5-6):

Estudemo-lo; e já daqui previno os meus leitores, e sobretudo as minhas leitoras, de que vale bem a pena: conforme o velho Luís Marinho de Azevedo, tinham estas linhas tépidas a propriedade de tornarem bonitas e coradas as mulheres. Ora numa terra como Lisboa, um chafariz assim o que não faria das formosuras!

E em nota acrescenta:

Antes de Luís Marinho de Azevedo já Luís Mendes de Vasconcelos dissera a mesma coisa sobre as extraordinárias propriedades que a água tinha atinentes à conservação «dos bons carões» das mulheres. Este cronista chega também à conclusão de que a mesma água do Chafariz de El-Rei «he causa das boas vozes que em Lisboa docemente ouvimos cantar».

Não seria por isso que Camões virá a notar (Carta IV) quanto era difícil resistir às falsidades das Lisbonenses, cuja voz «chia como puca-rinho novo com água»?

Da Torre da Varanda (que nada tem com as Varandas da Rainha ou da Ribeira, no Terreiro do Paço, junto ao local do Arco da Rua Augusta, nem com a ainda existente Casa das Varandas, da Rua dos Bacalhoeiros) diz Júlio de Castilho (*Ribeira de Lisboa*, I, 207):

Seria a *Torre da Pólvora* o mesmo que a *Torre da Varanda*? Declaro que não sei; mas que esta era também sítio à borda do rio é certo; sigo o que diz a figura da Cidade de Lisboa no auto de Gil Vicente *Nau de Amores*...

Ora, o Eng. Vieira da Silva em *A Cerca Fernandina de Lisboa* (II) não se preocupa, talvez por esquecimento, em situar esta Torre, dando-lhe o nome por que era conhecida: indica o Postigo e a Torre da Pólvora, depois *a torre junto ao Arco do Penabuquel* e em seguida a torre oriental do Chafariz de Dentro. No entanto, o determinativo que é apostado à designação genérica de torre faz pensar: da Varanda. Entendo, não que tivesse um eirado no cimo (o que aconteceria decerto a outras, e não daria motivo a citação especial, já por pouco visível *cá de baixo*), mas por ter varanda ou balcão *lateral*, que desse nas vistas. E que dava está no facto de a *Corografia* do Padre Carvalho da Costa (III, 267-269) nos arruamentos ou sítios da freguesia de Santo Estêvão de Alfama em 1712 alistar:

... a rua que vai para a Porta da Ribeira, a Porta da Ribeira [junto à Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova], a Praia, as Varandas...

Pois na gravura de Bráunio de 1572, após a torre oriental do Chafariz de Dentro, vê-se outra encimada por uma varanda coberta; à ilhargá da torre e dela pertença está uma construção, cuja parte superior é uma varanda também coberta: numa gravura francesa do fim do século e que é, como já neste trabalho se disse, decalque da de Bráunio de 1572, o mesmo se vê com mais nitidez; mais clara, a este respeito, é a gravura de Frederico de Wit, impressa em Amesterdão, em 1660. É a Torre do Penabuquel, que ainda lá se ergue e a que se refere Vieira da Silva, sem a identificar com a da Varanda: para mim a Torre do Penabuquel é sem dúvida a Torre da Varanda.

O Cais da Madeira vem indicado na gravura de Bráunio de 1596 sob o n.º 21, a oriente do Forno da Cal e do Cais do Carvão.

O Príncipe da Normandia pede a Lisboa (II, 133):

Por remedio à mis dolores,
Dadme licencia entera
Que haga una Nao damores
Aqui en vuesa ribera,
Do se hacen las mejores.

Mais adiante (II, 138) um frade louco evoca curiosamente o sítio da Trindade antes de Lisboa existir:

Antes que fosse Lisboa,
Nem houvesse aqui cidade...

apresentando-o como vasto matagal, próprio para caçadas:

Iam todos à Trindade
Com três cães e ãa furoa
Caçar à sua vontade.

E neste mesmo ano de 1525 Gil Vicente põe de novo em cena aquele triste e simples Pêro Marques, casado com a manhosa Inês Pereira, o qual se resolve a ir para «onde ele tinha sua fazenda, que era lá na Beira, onde o fizeram juiz». A simplicidade, de tão mau proveito no casamento, manteve-se naturalmente nas honrosas funções, e por isso foi chamado à audiência de El-Rei em Almeirim. Pois uma das personagens desta farsa (*O Juiz da Beira*) era um sapateiro de Lisboa (II, 356), cristão-novo, morador na Judiaria Velha, na Rua do Calçado Velho, que seguia do actual cruzamento da Rua dos Correiros com a Rua de São Nicolau até à igreja de São Nicolau, onde terminava (vid. a planta de Vieira da Silva «A Judiaria Velha de Lisboa», in *O Arqueólogo Português*, v, n.ºs 11-12, 1899-1900).

Em 1526, na farsa de folgar, *O Clérigo da Beira*, é lembrada a capital, onde numa oração alguém pede (I, 363):

Que lhe dê sete atafonas
À porta de Santo Antão.

Pode daqui deprender-se uma nota característica do local, na terceira década do século XVI, que se fixava exactamente na Rua das Portas de Santo Antão, no troço mesmo em frente da Casa do Alentejo (Júlio de

Castilho, *Lisboa Antiga*, IV, 250 ss.; Pastor de Macedo, *Lisboa de Lés-a-Lés*, I, 95-99; Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, I, mapa v).

Agora só no Natal de 1527 (há quem diga 1528) encontramos o nosso Gil Vicente em Lisboa para trazer ao público o *Auto da Feira*, onde, naturalmente, o apontamento olisiponense surge com as lamentações de Branca Anes sobre o marido borrachão (I, 59):

Que assi seco como é
Beberá a torre da Sé...

O ano de 1528 parece sem significado alfacinha na biografia vicentina, mas já 1529 algo nos diz. O nosso grande investigador das coisas da cidade tem na sua *Cronologia* uma indecisão que, se bem recordo, outros, antes e depois dele, tiveram também.

Qual a data do *Triunfo do Inverno*? Abril de 1529 ou Fevereiro de 1530, isto é, nascimento da Infanta D. Isabel ou nascimento da Infanta D. Beatriz (filhas de D. João III)?

A legenda, que acompanha o título, conta que a tragicomédia foi representada ao rei, aquando do parto da Rainha D. Catarina, e admite-se que no Paço da Ribeira.

Chega a altura de apresentar a minha suposição, extraída da leitura dos trechos seguintes (II, 223):

Y de su Reina preciosa,
Porque seas mas liado,
Dos hijas primeramente
Todo por Dios ordenado...

.....
Sirenas, por mi amor
Que no canteis mas os pido,
Porque Verano es venido,
Mi enemigo mayor
Y capitan de Cupido.

D. Catarina foi mãe (Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, II, 370) do Príncipe D. Afonso em 24 de Fevereiro de 1526, de D. Maria em 15 de Outubro de 1527 (que foi casada com Filipe II, ainda príncipe), de D. Isabel em 28 de Abril de 1529 (que faleceu menina), de D. Beatriz em 15 de Fevereiro de 1530 (que morreu no berço) — não nos interessando agora os outros. Temos assim que D. Isabel foi a segunda filha, e há-de ser esta infanta a que deu origem à tragicomédia, não só pelo verso transcrito, «Dos hijas primeramente», mas também por ter

nascido na Primavera (Verão em linguagem do tempo), 28 de Abril, como se vê no verso já lido «Porque Verano es venido». E, se houvesse dúvidas desta sinonímia da Primavera e Verão, teríamos a cantiga de quatro mancebos e quatro moças (II, 231):

Quem diz que não é este
São João o Verde?

No comentário de Teófilo Braga, reproduzido por Mendes dos Remédios (III, 380), lembra-se exactamente que o S. João representa o aparecimento da Primavera. E ainda (II, 232), quando uma personagem diz ao Verão:

Porque essas flores que fazes,
Tu as fazes e desfazes,
Tu as floresces e secas.

Entende-se assim que o ano fica dividido em duas estações: o Inverno, com o Outono, o Verão, com a Primavera. Nesta segunda, portanto, as flores nascem e morrem. Agora me ocorrem as defeituosas versões portuguesas de Shakespeare — *A Midsummer Night's Dream* — por *Sonho de Uma Noite de Verão* ou *Sonho de Uma Noite de Primavera*: foi António Feliciano de Castilho que acertou ao traduzir *Sonho de Uma Noite de São João*.

Julgo não haver razão para hesitar: o parto foi o de D. Isabel e não o de D. Beatriz (nascida como vimos em Fevereiro de 1530, no Inverno, pois).

Os risinhos arredores de Lisboa surgem aqui com uma ou outra característica pitoresca, com especial relevo para a Serra de Sintra (II, 225 ss.), uma das personagens principais. Vejamos:

Só em Barcarena havia
Tambor em cada moinho... (II, 198)

E vós perguntais a mim
O que deveis de saber?
Sois piloto de Alcochete
Para o rio das enguias,
E navegar nestas vias
Quer cabeça e capacete. (II, 214-215)

E quanto às camarinhas,
Sem elas vive Cascais. (II, 229)

De locais pròpriamente citadinos, só este (II, 228):

Se foras Deus verdadeiro,
Tu fizeras à bofé
Pipas as torres da Sé
E o ano todo Janeiro.

Quando em 26 de Janeiro de 1531 sucedeu o tremor de terra de Santarém, que tanta e tão notável inquietação levantou por lá, D. João III, então em Palmela, manda que Gil Vicente vá com as suas sensatas palavras acalmar os ânimos. Terá sido já em Fevereiro, é de supor, que o dramaturgo falou aos padres santarenos, a quem em certo momento, não esquecendo Lisboa, proclama (I, 398):

As vilas e cidades dos Reinos de Portugal, principalmente Lisboa, se i há muitos pecados, há infindas esmolos e romarinas, muitas missas e orações e procissões, jejuns, disciplinas e infindas obras pias, públicas e secretas...

Em 1 de Novembro de 1531 (Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, II, 370), D. Catarina dá à luz, no Alvito, o Infante D. Manuel. Júlio de Castilho propõe que aí tenha sido representado o *Auto da Lusitânia*. Ora, o rio poético em que é costume decorrer a dramaturgia vicentina é bruscamente interrompido, para contar em prosa evocativa a história de Lisibeia, de que leio estas linhas (II, 388):

Foi enterrada na montanha que naquele tempo se chamava o Feliz Deserto; onde depois foi edificada esta cidade, que, por causa da sepultura de Lisibeia, lhe puseram nome Lisboa.

Repare-se no demonstrativo *esta* que aponta o local em que se representava a farsa: Lisboa, e já no ano de 1532.

Quando do nascimento do Infante D. Filipe, filho de D. João III e de D. Catarina, em Évora, a 25 de Março de 1533, Gil Vicente escreveu a tragicomédia *Romagem de Agravados*, para comemoração. Uma citação da Sé, que nela se lê, nada terá com a nossa catedral lisboeta, pois que a peça foi composta e apresentada em Évora: será antes a alentejana.

No ano de 1534 o mosteiro de Odivelas, a pedido da Abadessa D. Violante, enriquece os fastos com a presença de Mestre Gil, que ali provou o seu génio no *Auto da Cananeia*.

Em 1535, pelo Natal, temos o *Auto da Festa*, que o brilhante Conde de Sabugosa encontrou e publicou em 1906, dando-o como representado

em casa do Conde de Vimioso, o que não obteve concordância do erudito Braamcamp Freire. É curioso notar que, ao relê-lo, e sem ter presentes estas opiniões, que vi depois, *senti* que o auto decorria em Lisboa. Não se me pergunte qual o fundamento. Não o encontro.

Dois documentos curiosíssimos e não datados poderiam ser escritos em Lisboa por Gil Vicente: o memorial em verso dirigido ao célebre D. Francisco de Portugal, 1.º Conde de Vimioso, homem de Letras e de guerra, diplomata e escritor, generoso e filósofo (I, 393-396); e a carta a D. João III sobre a publicação das suas obras (I, 399-400).

E agora chega-nos a grande obra lisboeta de Gil Vicente — monólogo graciosíssimo, de alto sentido satírico, de profundo realismo e de cunho alfacinha — precioso roteiro da cidade quinhentista: o *Pranto da Maria Parda*, pobre mulata prevertida pelo alcoolismo, de quem as gerações têm rido com tanto gosto que quase esquece a crueldade com que o poeta a tratou. Chorou a triste longamente «porque viu as ruas de Lisboa com tão poucos ramos nas tavernas e o vinho tão caro, e ela não podia viver sem ele» (I, 384-393).

Com as treze referências vamos seguir um pequeno roteiro — o roteiro da Maria Parda, não como ela no-lo contou, mas como realmente poderia tê-lo percorrido nas suas angustiosas andanças por vielas e ruas, travessas e praças. Vamos começar:

Quem viu nunca toda Alfama
Com quatro ramos cagados,
Os tornos todos quebrados!

É exactamente deste bairro que iniciamos a nossa caminhada, junto da ermida ainda lá existente na Rua dos Remédios, à entrada do Chafariz de Dentro:

Bem ali ó Santo Esprito
Ia eu sempre dar no fito,
Num vinho claro rosete.
Ó meu bom doce palhete,
Quem pudera dar um grito!

Daqui seguiu até à Sé, ao local que é hoje conhecido por Cruzes da Sé (Pastor de Macedo, *Lisboa de Lés-a-Lés*, I, 173-174):

Fui-me à Praça dos Canos...

É aqui que ela há-de meditar o seu testamento:

Item, dirão per dó meu
Quatro ou cinco ou dez trintauros,
Cantados per tais vigairos,
Que não bebam menos que eu.
Sejam destes três de Almada,
E cinco daqui da Sé,
Que são filhos de Noé
A que sou encomendada.

Desce agora para o rio, onde exclamará desoladamente:

Ó tavernas da Ribeira,
Não vos verá a vós ninguém,
Mosquitos, o Verão que vem,
Porque sereis areeira.

E conta-nos:

Fui-me ó Poço do Chão...

Não consegui localizar, mas pelos *Registos da Freguesia da Sé* (publicados por Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, I, 20) creio poder indicar o Poço do Chão na Ribeira, próximo da Catedral, pois que a Maria Parda liga o Poço do Chão e a Praça dos Canos.

Seguindo paralelamente ao Tejo, passou o Terreiro do Paço, o palácio real, a Porta do Ouro, o palácio dos Cortes Reais: ei-la, em linguagem moderna, no Largo do Corpo Santo, e atravessa assim a Porta de Cata-Que-Farás:

Rua de Cata-Que-Farás,
Que farei e que farás!
.....
Que foi do vosso bom vinho,
E tanto ramo de pinho,
Laranja, papel e cana,
Onde bebemos, Joana
E eu, cento e um cinquinho?

Agora talvez vá à Travessa de Cata-Que-Farás, a nossa Travessa do Alecrim, às Portas de Santa Catarina e desça, já desesperada, à Rua de São Gião, que corresponde ao espaço da actual Rua Augusta, entre as

Ruas da Conceição e de São Julião (Vieira da Silva, «A Judiaria Velha», in *O Arqueólogo Português*, v, 11-12, p. 314):

Ó Rua de São Gião,
Assi stás da sorte mesma,
Como altares de Quaresma
E as malvas no Verão.
Quem levou teus trinta ramos...?

Depois parou, lamentosa, mais adiante numa rua irregular, hoje desaparecida, entre as Ruas Augusta, da Conceição, da Prata e de São Julião (Vieira da Silva, *ob. cit.*, p. 326, vid. planta):

Ó travessa zanguizarra (=desordeira)
De Mata-Porcos escura,
Como estás de má ventura,
Sem ramos de barra a barra!

Talvez pelo Pátio da Rosa, pelo Beco do Lava-Cabeças, chegou ao Largo do Poço da Foteia. Está no sítio das Carniçarias Velhas (Vieira da Silva, *ob. cit.*, p. 322), e chora desalentada:

Triste quem não cega em ver
Nas Carniçarias Velhas
Muitas sardinhas nas grelhas...

Atravessa algures outra rua, que não delimitei:

Ó triste Rua dos Fornos,
Que foi da vossa verdura?
Agora rua da amargura
Vos fez a paixão dos tornos.

E em seguida encontra-se na Rua da Ferraria, que depois se chamou Travessa dos Latoeiros (Vieira da Silva, *ob. cit.*, p. 313) e que atravessava a nossa Rua dos Fanqueiros, entre as Ruas dos Douradores, da Madalena, da Conceição e de São Nicolau:

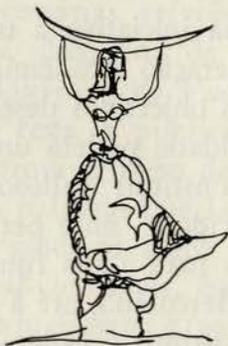
Ó Rua da Ferraria,
Onde as portas eram maias,
Como estás cheia de guaias, (=choros)
Com tanta louça vazia!

Saindo do embrechado, que era a Judiaria Velha, ei-la no Rossio: passa, sem ver, o nobre edifício do Hospital de Todos-os-Santos, rodeia o templo dos frades pregadores e penetra no bairro dos Mouros, onde irá fazer a sua lamúria no arruamento principal (vid. Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, III, 297-299):

Ó Rua da Mouraria,
Quem vos fez matar a sede
Pela lei de Mafamede,
Com a triste da água fria?

E acaba aqui o roteiro da Maria Parda.

Também aqui vai terminar o nosso — em que andámos seguindo as caminhadas lisboetas de Gil Vicente. Longo e por vezes penoso percurso, mas que nos trouxe o convívio emocionante do fundador do Teatro Português, da sociedade contemporânea de Garcia de Resende, de D. Manuel, de Sá de Miranda, de Vasco da Gama, de Albuquerque, de D. Leonor de Lencastre, de D. João III, de tantos e tantos que fizeram a grande época da vida nacional — longo e penoso caminho, que nos fez reconhecer uma velha e querida cidade aparentemente esmagada pelas pedras desta cidade querida e nova: Lisboa.



Nota gil-vicentina de interesse olisiponense

por JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

A passagem do V centenário de Gil Vicente comemorada pelo Ministério da Educação Nacional não apenas com dignidade mas mesmo brilho, e igualmente assinalada por valiosas manifestações não oficiais — entre as quais fica ocupando lugar de relevo a notável conferência proferida na sede do Grupo «Amigos de Lisboa» pelo seu ilustre Director Dr. Paulo Caratão Soromenho e publicada na íntegra neste número de *Olisipo* — torna oportuno referir uma alta homenagem há cinquenta e um anos prestada ao genial fundador do Teatro Português pelos estudantes das escolas superiores de Lisboa, na «mais bela festa académica de que há memória entre nós», conforme a classificou o grande Poeta Afonso Lopes Vieira.

Por ter pertencido a sua iniciativa a um antigo e prestigioso organismo olisiponense — a Federação Académica de Lisboa —, rememorar-la nestas páginas integra-se nos objectivos desta publicação; aliás, a história completa da mesma colectividade poderá um dia aqui ser feita com bem fundamentada razão, por constituir valioso elemento de apreciação da vida académica e social da cidade, num período assaz extenso, decorrido desde as primeiras tentativas para a sua fundação ao celebrar-se em 1910 o centenário de Alexandre Herculano, até à sua extinção no ano de 1932.

Agremiaram-se, para constituir a Federação Académica, as associações de estudantes das Faculdades de Ciências, Direito, Letras e Medicina, Escolas Colonial, Superior de Farmácia, Normal Superior e Superior de Medicina-Veterinária e Institutos Superiores de Agronomia, Comércio e Técnico (segundo a denominação que estes estabelecimentos de ensino

tinham na época). A sua fundação verificou-se em 1913, e decorridos dois anos, concluído o período de organização, foi eleita a primeira direcção, de que o signatário deste ligeiro apontamento fez parte e a quem foi confiado o espinhoso encargo de orientar a acção cultural.

Algumas manifestações artísticas, que haviam sido projectadas ou mesmo efectivadas durante aquele período, não apresentavam requisitos indispensáveis para base de acção futura; por isso, elaborei um vasto plano, verdadeira programação da actividade literária e artística do novel organismo, no âmbito da elevada cultura que lhe estava indicado, aliás sem proscrever a sã alegria, que nunca deve ser afastada das manifestações juvenis.

Para início, previa-se a realização de dois serões da arte portuguesa: um, consagrado à arte antiga, consideradas abrangidas por esta designação as obras anteriores a 1830, ano da morte de Marcos Portugal, e o segundo, de arte moderna. Do primeiro, único que chegou a efectuar-se, ocupa-se esta restrita nota, cujo propósito é exaltar a atitude da academia de Lisboa, que sem quaisquer incentivos oficiais ou particulares — que hoje quase sempre amparam as iniciativas de alta finalidade cultural como esta — conseguiu que Gil Vicente fosse, pela primeira vez, representado por estudantes do ensino superior.

Não faltaram, no decorrer do tempo, ilustres vicentistas que proficientemente estudaram a obra do grande poeta-dramaturgo; porém, a Afonso Lopes Vieira, que trabalhava como artista e não sábio letrado (como ele próprio dizia), coube a glória de promover que as figuras dos autos de Mestre Gil *vivessem*. Bem conhecida a sua acção nesse sentido, pelo que são desnecessárias referências pormenorizadas a tão esclarecida e patriótica acção, decorrida de 1910, ano em que se deu a estreia da sua versão do *Monólogo do Vaqueiro* no Teatro de D. Maria II, a 1914, em que foi feita a publicação do importante volume *A Campanha Vicentina*, que arquiva, além de extensa e valiosa documentação, as conferências e outras palavras que Lopes Vieira proferiu durante a sua insistente cruzada; esta ainda teve eco, em 1916, com a divulgação de alguns autos e excertos gil-vicentinos, em livro que prefaciou e foi editado pela «Renascença Portuguesa», o saudosista cenáculo portuense em que pontificava o grande Teixeira de Pascoais.

Conforme o plano, que apresentei aos meus colegas, a parte fundamental do primeiro dos sobreditos serões de arte seria constituída por uma obra de Gil Vicente. Não admira, por isso, que me ocorresse solicitar para a arrojada iniciativa o valioso patrocínio do grande poeta das *Canções*

do Vento e do Sol, a quem o notável artista Tomás Borba me apresentou. Desse primeiro encontro proveio a grande amizade com que, durante mais de trinta anos, me honrou esse insigne vulto da nossa história literária.

Foi em 25 de Março de 1915 que, no Teatro de S. Carlos, se realizou a festa académica, que dá motivo a este relato, o *Serão de Arte Portuguesa Antiga*, iniciado por algumas palavras por mim proferidas, às quais se seguiu a magnífica conferência de Lopes Vieira sobre *Arte Portuguesa*, inserta no n.º 2 da *Revista da Federação Académica de Lisboa* e mais tarde incluída no volume *Em Demanda do Graal*.

Representou-se a farsa *Quem Tem Farellos?*, interpretada por estudantes. A primeira parte do programa foi quase por completo reservada à recitação clássica, de que gentilmente se encarregaram três notabilíssimos artistas, dos maiores de que o nosso teatro pode orgulhar-se de ter possuído: Lucinda Simões, Augusto Rosa e Chaby Pinheiro, e concluiu por alguns trechos de música setecentista, executados em cravo; a última parte foi inteiramente consagrada à arte musical e confiada a uma orquestra sinfónica (direcção do maestro Fernandes Fão), solos e coro de estudantes (dirigido por Júlio Eduardo dos Santos).

À representação da farsa de Gil Vicente não faltaram aplausos. De lamentar, apenas a entrega dos papéis femininos a rapazes, dada a impossibilidade de encontrar, entre as alunas das escolas superiores, duas que os quisessem interpretar. É certo que a população feminina das nossas escolas de nível universitário era, na época, imensamente menor que hoje; não é, todavia, despiciendo acentuar que, há meio século, os versos e os conceitos de Mestre Gil não logravam unanimidade de aplausos entre os responsáveis pela educação de meninas... Como os tempos mudam!

O esmero posto na ressurreição da farsa pode aquilatar-se por ter a sua direcção cabido ao grande actor Augusto Rosa, que não costumava ensaiar amadores, mas deu o seu inestimável concurso a pedido de Lopes Vieira, que, por sua vez, seguiu também quase todos os ensaios, valorizando o trabalho dos intérpretes; e ainda pela colaboração de Tomás Borba, que escreveu a música de cena, de Augusto Pina, autor do cenário, expressamente executado, e de Raul Lino — o único destes grandes artistas felizmente vivo —, que cuidou da ilustração e edição, de grande originalidade, do programa.

Críticos dos mais esclarecidos manifestaram entusiástica admiração por tão requintada noite de arte. Entre outros, é justo citar António

Arroio e Alfredo Bensaúde, que tanto nobilitaram o nosso ensino, indicando-lhe novos rumos, aos quais não passou despercebido que algo de novo se dera naquela célebre noite de S. Carlos. É que não ocorrera apenas a excepcional homenagem a Gil Vicente: a música portuguesa fora também exaltada de forma muito notável, sobretudo pela revelação do valor do compositor e cravista Carlos de Seixas, hoje célebre em todo o mundo, mas cuja obra era então completamente ignorada. As páginas musicais setecentistas, que se ouviram, haviam sido, para o efeito, desenterradas da Biblioteca da Ajuda e da Nacional de Lisboa.

Assim, a Federação Académica actuou como precursora do grande movimento de interesse por valores nacionais esquecidos que, decorridos alguns anos, veio a verificar-se entre nós, tendo-o promovido o «Renascimento Musical», decidido núcleo de artistas a que outros esclarecidos elementos se foram agregando, animados todos pela nobre intenção de bem-servir a cultura portuguesa. Note-se que obras de Carlos de Seixas são hoje frequentemente executadas, mesmo por concertistas de fama mundial, e que algumas se encontram impressas por uma das mais consideradas casas editoras estrangeiras. E que dizer da admirável acção do «Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra», iniciada em 1938, em seguimento das representações promovidas pelo Ministério da Educação Nacional em comemoração do IV centenário da morte de Gil Vicente, ocorrido no ano anterior? De quanto essa acção vale, foi brilhante índice a sua recente apresentação numa das tardes do programa das manifestações vicentinas oficiais de 1965, precisamente no Teatro Nacional de S. Carlos, naquele mesmo palco em que actuaram, há meio século, vencendo grandes obstáculos, estudantes de outra geração, animados de idênticos objectivos aos dos actuais escolares de Coimbra.

Para concluir, arquivam-se algumas notas sobre a conferência de Lopes Vieira, no serão de arte antiga de 1915:

Disse o Poeta ser com especial emoção que chegava à parte do programa referente à representação da farsa de Gil Vicente, tendo acrescentado que bastaria essa ressurreição para sagrar de beleza o serão em que essa peça regressava à vida após quatrocentos e dez anos de olvido. Designadamente, afirmou que perante a graça original, adivinhadora, jovialíssima desta obra, perguntava com espanto a si mesmo como pôde ela estar quatro séculos esquecida, imóveis e mudas as figuras do escudeiro esfaimado e tangedor de viola, dos moços linguareiros, da garrida Isabel e de sua mãe sanhuda; como pôde conservar-se longe da cena esta nossa primitiva comédia de costumes, esta primeira sátira atrevida

contra as vaidades portuguesas, que adivinha já tão completamente a graça de Molière, — esse ditoso francês sobre cujo génio o génio de Gil Vicente se adiantou quase dois séculos, ficando todavia ignorado do mundo, enquanto o poeta de Luís XIV passeia a sua fama por todos os teatros do universo!

Deteve-se ainda em mais pormenorizada análise desta farsa, que foi a primeira obra em que Gil Vicente desenvolveu um tema profano, nela havendo fixado os primeiros tipos leigos que aparecem no seu teatro, sendo assim a comédia avó de todas as comédias portuguesas. Até esta peça, o poeta escreveu obras de *devação*, destinadas a enriquecer o culto religioso, a lisonjear a piedade sumptuosa das rainhas, endereçadas à glória de Deus e representadas nas câmaras dos paços ou nas naves das igrejas.

São ainda de registar as palavras de louvor dirigidas por Lopes Vieira à academia de Lisboa: «Gil Vicente entra aqui hoje pela mão de portugueses moços, dos que estudaram com a máxima consciência os papéis de que se encarregaram e dos que dirigem com tanta inteligência a Federação Académica, e que tendo proposto a representação desta farsa aos seus camaradas, pela voz de todos viram aclamada a sua nobre ideia. Eis uma compensação magnífica para o poeta. Bate hoje para ele uma hora bela de glória!»



O Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo aos Moinhos dos Olivais

(ADITAMENTO)

pelo Dr. PAULO CARATÃO SOROMENHO

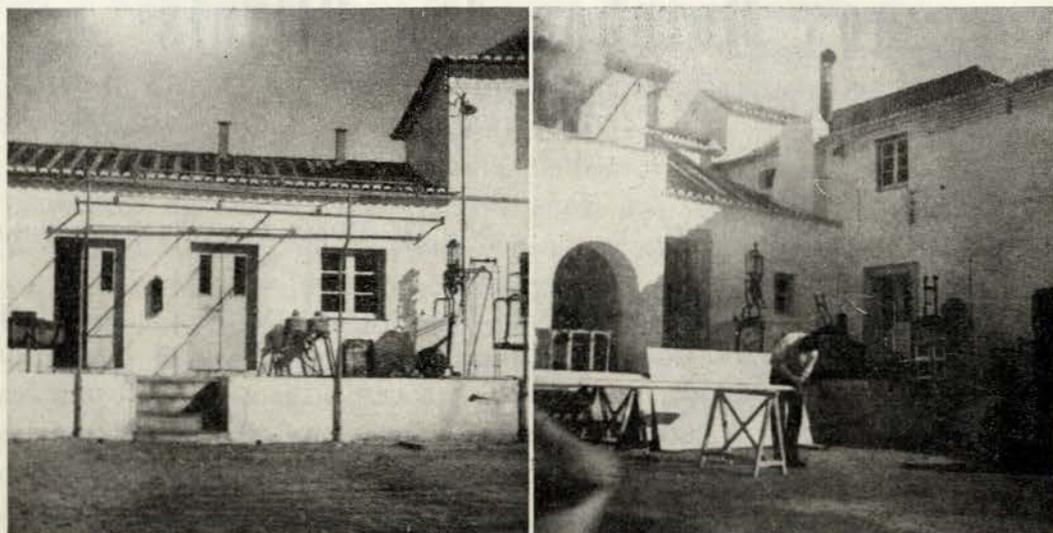
N^O último número de *Olisipo* (Outubro do ano passado, pp. 195-202) publiquei sobre este tema um pequeno estudo, que despertou alguma curiosidade, concretizada em certos casos por informações de leitores amáveis. A todos agradeço e permito-me especializar aqueles cujas achegas aproveito agora. O facto tem significado, pois comprova haver ainda pessoas de boa vontade e com interesse pela História circums-crita — nesta época de gosto do invulgar, do colossal, do inesperado, do espectacular.

Das Ex.^{mas} Senhoras D. Sara Lupi Nogueira e D. Judite Lupi Nogueira, citadas nesse trabalho e que residem em Lisboa, recebi a confirmação das notas reproduzidas, e mais: nesse período especialmente estudado de 1895 a 1899 (as senhoras saíram do colégio em 1900), encontrava-se ali outra freira, a Irmã Amélia, que fazia vida isolada, pois era muito doente e quase cega; e deram-me a notícia do apelido Meneses da aluna Zenóbia.

Da menina Teresa Barahona Pinto Arez chegou-me a notícia de que ainda vive no Alentejo a sua parente D. Lucinda Barahona. Aproveito para lembrar que a antiga aluna D. Alexandrina Azevedo Ribeiro habita desde há muito no Rio de Janeiro.

A Ex.^{ma} Senhora D. Palmira Mendes Peres escreveu-me e telefonou-me, e forneceu-me indicações de interesse. Entrou para o colégio em Novembro de 1899 e saiu em 1905. Contou que em data incerta,

certo negociante português, vindo muito rico do Brasil, de regresso a Portugal, sofreu terrível tempestade, que levou o navio a perigo de naufrágio. Devoto ardente de Nossa Senhora do Carmo prometeu que, se chegasse são e salvo a Portugal, fundaria um colégio de carmelitas, para quinze irmãs que se encarregassem de quinze educandas — em memória dos quinze mistérios do Rosário. Isto explica o motivo por que nos aparecem aqui as carmelitas com um colégio, circunstância que não é normal. Note-se que conforme o que eu disse estavam lá 15 alunas e com a Irmã Amélia, agora lembrada, perfazem-se as 15 irmãs.



Aspectos das traseiras do Recolhimento

O recheio da capela era originário do extinto Convento das Grilas [em 1888 doado ao Exército, que ali instalou a Padaria Militar], e nela se distinguiam um quadro grande a óleo, representando Jesus preso à coluna (de tamanho natural), um órgão rico, com esmalte e oiro, e numa maquina uma pequena escultura do Menino vestido de romeiro.

Contou ainda que num período de exaltação política assistiu a um ataque feito ao convento, chegando a cerca a ser invadida. Mais tarde, por 1910 ou 1911, num novo ataque o recheio foi destruído ou roubado. E explicou que as freiras, que viviam quase sem contacto no rés-do-chão, eram espanholas.

A professora de Instrução Primária, cujos apelidos eu desconhecia, chamava-se Maria da Conceição Costa, e faleceu por 1901, com 27 anos, tendo saído do Recolhimento meses antes da morte — conforme declaração de sua sobrinha sr.^a D. Maria Madalena da Conceição Costa e Silva.

Finalmente, vou transcrever os apontamentos coligidos pelo ilustre publicista Dr. Jorge da Cruz Jorge, presidente da Assembleia Geral da BP, recentemente falecido, que me chegaram por delicada interferência do Ex.^{mo} Senhor Eng. Gonçalo Cabral, a quem fico devedor, mais uma vez.

O primeiro documento diz respeito à compra dos terrenos pela Atlantic, e que estou autorizado a publicar; o segundo contém duas receitas de doces, especialidades do convento, e de que as alunas ouviam falar... mas nunca provaram.

Quando a Atlantic Refining Co., de Filadélfia, resolveu acabar com a simples representação dos seus produtos, confiada à firma Costa & Ribeiro, e organizou uma Sociedade Anónima constituída segundo as leis portuguesas, não possuía, como é natural, quaisquer instalações, nem terrenos destinados às mesmas.

Por uma questão de cautela, visto instalações desta natureza representarem uma proximidade perigosa, e ainda por os terrenos afastados do centro da cidade serem muito mais acessíveis em preço, procurou uma área onde começava a delinear-se a zona industrial da capital — Cabo Ruivo.

Entrou primeiramente em contacto com a Manutenção Militar que havia adquirido, pela cessão definitiva que lhe fizera o Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Fazenda Pública — Repartição do Património, a parte rústica e urbana do extinto Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo ⁽¹⁾, na freguesia dos Olivais.

Aquela cessão definitiva foi legalizada por despacho de 24 de Janeiro de 1917, mediante o pagamento de oito mil escudos.

As confrontações eram as seguintes: do norte, com a Azinhaga dos Moinhos que liga com o rio Tejo; do sul, com o Casal das Rolas, onde está instalada a Fábrica de Adubos Tinoca, Lda., e a Companhia do Comércio e Fomento Agrícola, e ainda com o rio Tejo; nascente com o mesmo rio e poente com dependências do Casal das Rolas (que já então, quando esta compra foi reduzida a escritura pública, era propriedade da Atlantic) ⁽²⁾.

Estava então omissa na matriz. Existiam dois foros, um de 13\$50 e outro de \$80, cujos domínios pertenciam aos enfiteutas principais, Artur Armando Tavares e Mulher. A Manutenção Militar adquiriu esses domínios, pelo que a propriedade passou a ser livre e perfeita.

A venda à Atlantic foi feita por escritura outorgada no notário Dr. António Cornélio da Silva, em 12 de Março de 1929.

⁽¹⁾ Este recolhimento era também conhecido por «Convento dos Moinhos», por se achar situado mesmo em frente dos Moinhos de D. Garcia. As notícias que consegui colher acerca deste convento ou recolhimento são muito escassas. Pinho Leal no *Portugal Antigo e Moderno*, Dicionário, 1875, vol. 10, p. 247, quando trata dos Olivais, então concelho e comarca, com 700 fogos, limita-se a trazer a seguinte nota:

«*Recolhimentos do Concelho*: Rego, Campo Grande, Amparo (Beato) e Nossa Senhora do Carmo, nos Olivais. Era muito conhecido o Convento dos Moinhos pelas suas especialidades de doce, dos quais se conservam ainda algumas receitas.»

⁽²⁾ Descrições prediais n.^{os} 2157 e 2158, da 1.^a Conservatória do Registo Predial de Lisboa, já transcrita na 8.^a Conservatória sob os n.^{os} 667 e 668.

Interveio, em representação da Atlantic, o então seu Administrador-Delegado, Jorge Salas Merlé, morador em Madrid e principal detentor da representação dos Produtos da Atlantic Refining Co. para toda a Espanha.

Não obstante o despacho acima referido, a Conservatória do Registo Predial só transformou em definitivo o registo de transmissão a favor da C. P. P. Atlantic depois de publicado o decreto n.º 16.809⁽³⁾ em que o Ministério da Guerra veio declarar que considerava válida a transmissão feita pelo Ministério das Finanças à Manutenção Militar.

Seguem-se as duas receitas de doces, especialidades do Convento dos Moinhos:

PUDIM DE CHÁ

75 grs. de chá num litro de água a ferver. Depois de coado, junta-se uma libra de açúcar e vai ao lume com casca de limão e um bocadinho de pau de canela.

Quando chegar ao ponto de espadana, tira-se o limão e a canela e deixa-se arrefecer a calda, a que se juntam então 16 gemas de ovos.

Vai ao forno em forma untada de manteiga.

PUDIM GELADO DE ANANÁS

Fervem-se dois ananases em fatias e, quando estão cozidos, tiram-se da água e juntam-se a esta água uma libra de açúcar e uma colher de manteiga, e leva-se ao lume até ponto de espadana. Deixa-se então arrefecer e deita-se sobre 18 gemas de ovos bem batidas.

Vai ao forno não muito quente, em forma bem untada.

Guarnece-se com tiras de ananás cozido, passadas por calda de açúcar em ponto de pérola.

.....

Chega o momento de despedir-me, mas aproveito o ensejo para deixar mais duas recordações: fotografias das traseiras do convento, obtidas em Fevereiro de 1952, por D. Arménia da Cunha Ferreira, e que nos concedem feições pitorescas do velho e evocativo edifício agora estudado.

(3) *Diário do Governo*, 1 série, n.º 99, de 2 de Maio de 1929.

A INFLUÊNCIA DE S. TUDE NA TOMADA DE LISBOA AOS MOUROS

(Resumo da conferência pronunciada
na sede em 25 de Novembro de 1965)

por LAURA DE AVIZ

S. TUDE, ou Antídio, bispo mártir francês, tem em Lisboa, pelo menos, três imagens: uma em S. Vicente de Fora, outra na igreja da Madalena e outra em Santos-o-Velho; e ainda uma outra no Porto na igreja da Trindade. Foi muito venerado entre nós, mas como tudo tem a sua época e até na devoção há modas, já ninguém, ou muito pouca gente, o venera; no entanto este santo teve um grande predomínio, quando da fundação da nossa nacionalidade, especialmente na tomada de Lisboa aos Mouros, pois a sua milagrosa imagem encorajou e deu fé aos valorosos conquistadores desta nossa formosa cidade.

Também a fé no mesmo santo teve grande influência há trezentos e tantos anos para que fosse ganha pelos Portugueses a batalha de Montes Claros que consolidou definitivamente a independência de Portugal e foi ganha em 17 de Junho de 1668, dia que a Igreja consagra a S. Tude. Por isso foi atribuída a vitória à milagrosa interferência do santo, como já o fora a conquista de Lisboa aos Mouros.

S. Tude, segundo nos conta o seu homónimo Sr. Tude Martins de Sousa, num pequeno livro, do qual tomei a liberdade de transcrever algumas páginas:

... era oriundo de uma família nobre do Franco-Condado, daquelas que abandonando a corrupção romana abraçaram o Cristianismo com todas as suas virtudes nobres e austeras. Tude, ou Antídio, como lhe chamavam os Franceses, fora educado nas crenças de seus pais, que fizeram nascer nele o amor pela virtude e o gosto pelo trabalho. Fazia-se notar entre os companheiros pelo seu espírito de piedade

e de candura, frequentando assiduamente as prédicas, a que prestava a maior atenção, com que o prelado da diocese instruía e abençoava a mocidade. Desprezando as riquezas e vaidades do mundo breve se juntou aos clérigos da Catedral de Saint-Etienne, tendo sido feito cônego na regra de Santo Agostinho e entregando-se por completo ao serviço dos altares e a participar nas cerimônias e pompas que a liturgia religiosa ia adoptando. Penitente, sem ter sido pecador, mortificava o corpo com grande austeridade, visitava os pobres, levando-lhes, com o pão do corpo, doces palavras de consolação para a alma, a nada mais aspirando senão aos benefícios do céu.

Falecido o bispo da sua diocese, todos os votos do clero e do povo recaíram para a sucessão no nome de Tude, o qual daí por diante passou a viver exclusivamente para o seu povo. Cheio de amor pela verdade procurou espalhá-la por toda a parte, reforçando com o exemplo os entusiasmos da sua palavra santa. De grande humildade e de paciência e modéstia admiráveis, afirmou em toda a parte a sua fé ardente e o seu amor pela religião cristã, cumprindo com dedicação todos os deveres a que o obrigava a situação, imposta pelas circunstâncias e à qual não pôde furtar-se, de primeiro pastor do seu rebanho. Para isso, e como afirmação da maior modéstia, invocava amiúdo o auxílio da Providência, repetindo as palavras da Escritura: «Se Deus não guardar a Cidade, em vão será que ela seja vigiada». O povo venerava-o como um santo e os pobres amavam-no como um pai, concordando todas as crônicas em dizer quanto era grande o seu desapego pels coisas terrenas e quanto era grande a sua confiança na Divina Providência.

Desde alguns tempos que os povos do Norte atraíam as atenções do Mundo inteiro. Uns atacavam o Império com fervor; outros defendiam-no com fidelidade. Apesar da força dos Francos, nomeados para a guarda do Reno, os Bárbaros que estacionavam nos limites da Germânia atravessaram o rio e espalharam-se pela Europa Occidental.

Bandos furiosos talavam sucessivamente o norte, o centro e o sul da Gália, causando estragos incalculáveis. Nem as altas montanhas, nem os rios, nem as rochas inacessíveis defendiam as cidades e os castelos. A pilhagem e a profanação chegavam a toda a parte, levando consigo a escravidão e a morte a várias cidades e povoados. Só Besançon resistiu, porque por ela velava o patrocínio de S. Tude.

Conta-se que uma vez, durante o cerco da cidade, já flagelada pela fome, S. Tude tendo encontrado na rua quatro machos, carregados de trigo, fê-los parar e, levantando uma fervorosa prece ao Altíssimo, abençoou o trigo, o qual, a seguir, aumentou de tal forma que chegou para o sustento da cidade.

Parecia que iria renascer certa tranquilidade, quando os Vândalos atravessaram o Reno e se assenhorearam de algumas províncias do Império. À frente duma dessas hordas de bárbaros vinha Crocus, alma rude e violenta, como a dos soldados que conduzia à pilhagem, os quais só deixavam na sua passagem ruínas e incêndios. Seguidor do arianismo combatia ardentemente a religião de Jesus Cristo, destruindo as suas igrejas e perseguindo os seus fiéis. Tendo tomado parte no saque de Maiença, separou-se e tomou Métis, chegando a Remos onde fez morrer S. Nicásio, bispo da cidade. Avançou até às portas de Langres, tomando-a por fim de assalto, apesar da vigorosa defesa dos naturais, vivamente encorajados pelo bispo S. Desiré,

a quem os atacantes mataram a machado, como fizeram também a um dos padres que o acompanhavam.

Continuando no seu caminho, os Vândalos aproximavam-se de Besançon, onde o bispo Tude presentia já as desgraças que ameaçavam o seu rebanho, e então, com absoluta confiança em Deus, punha em prática todos os meios de defesa aconselhados pela humana prudência, vindo daí a tradição que o apresenta como chefe intrépido e valoroso, que aparecia em toda a parte para os trabalhos de defesa, a todos impondo a sua autoridade, ao mesmo tempo que exortava o clero ao sacrifício da morte pelo amor de Deus.



*Ved. "Reprez^{ão} da imagem de S. TUDE, Conde Reg.^o,
Arcebis.^o e M.^o, q^{ue} se encontra na Igr^{ja} do Royal Moⁿas^{te}rio,
V^o d. fora de Lx^o, Advogado Contra a heresia e Falsos
O^{mn}ia da Igr^{ja} de Tude*

Então, perante as lágrimas das mulheres e das crianças e perante as exclamações gerais e implorativas do socorro de Deus, S. Tude, ao mesmo tempo que fazia entrar nos corações abatidos algum raio de esperança, exortava o seu rebanho a bem morrer.

Nesta altura brilhava-lhe já na fronte a coroa do martírio, parecendo que a sua palavra ganhava tonalidades de voz celestial. Oferecia-se como vítima voluntária, pedindo a Deus que ele, só, morresse por todos e dizia-lhes: «Meus filhos, que o amor da verdade seja mais forte em vós do que o temor dos suplícios. Lembrai-vos de que a dor não dura mais que um instante e que a recompensa é eterna. E, porque me escolhestes para chefe, sede os meus imitadores, não recuando perante o perigo. Segui-me, se desejais unir a vossa alma à de Jesus!»

Pronunciadas estas palavras S. Tude encaminha-se para os bárbaros e, chegando às primeiras linhas, levanta as mãos em sinal de súplica e pede clemência para o povo que o segue. Mas os corações ímpios e cruéis não se impressionam

nem comovem, perguntando-lhe com arrego um dos soldados com que direito se atrevia ele a pedir paz e a interromper a marcha vitoriosa das tropas.

Era o princípio do calvário doloroso do santo, o qual respondeu, como respondem sempre os mártires de uma fé inquebrantável: «Eu sou Cristão e tenho orgulho em ser portador da Cruz de Jesus Cristo, Deus verdadeiro e Poderoso que governa todo o Universo». Foi o rastilho que se acendeu porque, mal proferidas estas palavras, os soldados precipitam-se sobre ele, atam-lhe as mãos atrás das costas e levam-no à presença de Crocus, o qual, admirado da nobreza da sua apresentação intemerata, lhe pergunta com arrogância: «Qual é a tua dignidade?» E S. Tude, com um ligeiro sorriso a aflorar-lhe aos lábios, responde ao algoz: «Eu sou Cristão e é este o título com que mais me honro e que mais do que todos aprecio, porque nada há mais nobre do que o serviço de Deus, único Senhor que oferece eterna recompensa!»

Surpreendido por tão nobre e ousada resposta, não passou despercebido ao bárbaro chefe o fogo divino que brilhava no olhar do seu prisioneiro. Mas, onde não tem o Demónio partidários? Viu então, com surpresa, alguns habitantes de Ruffey aproximarem-se do grupo que cercava S. Tude e exclamarem, apontando-o: «Este homem é o Chefe dos Cristãos». Perante tais palavras cresce a ira de Crocus, que manda despojar o bispo das vestes prelatícias e o ameaça com cruéis suplícios, se ele não renegar imediatamente a sua religião. Não pronunciando, porém, o santo uma só palavra, logo os algozes, munidos de tiras de couro, o agridem com brutalidade na cara e nos ombros, abrindo-lhe feridas e fazendo-lhe correr o sangue, ao mesmo tempo que ele, vítima paciente, levantando os olhos ao Céu, pedia a Deus que lhe aceitasse os sofrimentos e protegesse o seu povo, mais excitando, assim, o ódio dos tiranos. Foi então que Crocus, perante a serenidade do mártir, lhe mandou cortar a cabeça.

Em meados do século v ergueu-se uma igreja a pouca distância do castelo de Ruffey, mas Besançon ambicionava a posse das relíquias daquele que fora seu pastor e a tinha protegido contra os Bárbaros e essa ambição foi satisfeita, mas só no século XI, pela iniciativa do bispo Hugo, que ordenou a reconstrução da igreja de S. Paulo e para lá mandou transferir solenemente, no dia da consagração, as relíquias de S. Tude. Realizou-se um imponente cortejo através das populações, ajoelhadas pelo caminho que S. Tude havia percorrido seis séculos antes só e a pé nos dias tristes da sua desventura.

Este é o resumo da história de S. Tude contada pelo Sr. Tude Martins de Sousa no pequeno livro a que acima me referi.

Quando em 1128 D. Afonso Henriques venceu a batalha de S. Mamede, contra sua mãe D. Tareja, deu-se o primeiro avanço para a autonomia do Condado Portucalense, mas passava consequentemente a ter que defrontar-se com outros inimigos mais poderosos, os Mouros, que era preciso afugentar das terras que soberanamente dominavam. Com uma fé inquebrantável começou a combatê-los saindo vitorioso em 1139 na batalha de Ourique e em 1147 em Santarém. Porém o que mais o entusiasmava

era tomar-lhes Lisboa, já feita uma bonita cidade, mas cujos moradores eram os infiéis inimigos da Santa Fé Cristã, pela qual D. Afonso Henriques tanto pugnava.

Era empresa difícil que requeria grandes cuidados, mas com a ajuda de Deus tudo se havia de conseguir, e pensou em pedir auxílio aos Cruzados estrangeiros, quando se encontrava em Santarém. Estes mesmos Cruzados ocupavam-se em servir Deus e portanto que melhor ocasião teriam para O servir senão ajudar a expulsar os infiéis duma terra que se queria tornar cristã? Era constituída aquela armada por gente da Flandres, da Inglaterra, da França e da Alemanha, que aceitaram o convite de D. Afonso Henriques e ajustando as condições puseram-se ao seu serviço, dando-se o ataque a Lisboa em Julho de 1147, a qual se rendeu em 25 de Outubro do mesmo ano.

Não foi só a força das armas mas também a força da fé que muito contribuíram para esse êxito, pois os franceses traziam consigo uma imagem de Santo Antídio — S. Tude, como depois lhe chamaram os Portugueses — e a sua fé por esse santo, à qual se associaram os portugueses, deu-lhes ânimo para vencer os infiéis, em muito maior número e bem defendidos. A fé é que nos salva nanja o pau da barca, sempre ouvi dizer, e assim é, pois muitos dos feitos heróicos que ilustram a nossa História devem-se à fé dos seus executantes; cônscios do seu valor e fiados em que os santos em quem tinham fé os ajudariam atiravam-se para a frente com toda a bravura e é certo que quase sempre venciam e venciam com honra. Não foi a fé numa estrela que ele via brilhar, e a que chamava a sua, que atirou Napoleão para a conquista do Mundo? Quando um dia essa estrela empalideceu e deixou de a ver não foi ele atirado para a tristeza de Longwood, na Ilha de Santa Helena, de onde, com custo, só o deixaram sair depois de morto, pois que mesmo assim ainda o inimigo o temia? Não foi a fé de D. Afonso Henriques que nos deu a nacionalidade de que tanto nos orgulhamos? Não foi também a fé do Grande Mestre de Avis e do seu Condestável D. Nuno que consolidou essa nacionalidade?

Depois da tomada de Lisboa aos Mouros a imagem de S. Tude ficou cá, a pedido de D. Afonso Henriques, e venerou-se durante algum tempo numa pequena capelinha, até que, a mando do citado rei, foi construído um templo consagrado à Virgem Maria e ao mártir S. Vicente, cujos restos mortais tinham sido encontrados num cabo ao sul do reino do Algarve, cabo esse que mais tarde foi chamado de S. Vicente. Foi

também construído um mosteiro, entregue aos frades agostinhos, que se conservaram nele até o século XVIII.

Segundo reza a História, quando a imagem de S. Tude foi posta na referida capela rebentou perto um veio de água cristalina, considerada muito milagrosa, pois curava as tosses e as febres e era costume o povo ir buscar bilhinhos dessa água, que brotava duma cova a que passaram a chamar Cova de S. Tude; li algures que ainda não há muitos anos era costume, em Lisboa, quando as crianças tossiam muito, bater-lhes nas costas e dizer: «S. Tude, S. Tude bem-aventurado te ajude».

Filipe II de Espanha e I de Portugal, quando foi da negregada ocupação, para agradecer aos Portugueses, como o templo estava um pouco arruinado e o mosteiro, resolveu mandá-los reconstruir, para o que mandou vir um architecto espanhol, dando-lhes a grandeza que os Espanhóis costumam dar aos seus edifícios religiosos, demolindo-se o velho mosteiro afonsino e edificando-se o que ainda hoje existe e que, de facto, é bastante grandioso. Essas obras duraram 47 anos. Chamou-se S. Vicente de Fora por se encontrar fora das portas da cidade e como tal ainda é hoje conhecido.

O terremoto de 1755, que tantos estragos fez na nossa Lisboa, que podia hoje ser um relicário de preciosidades, infligiu-lhe alguns estragos que foram facilmente reparados.

Quando da Restauração de Portugal em 1640, ainda a devoção por S. Tude era muito fervorosa e porque a batalha de Montes Claros, último golpe vigoroso que em 1668 nos conduziu à paz com os Espanhóis, se deu em 17 de Julho, dia que a Igreja consagrava a S. Tude, foi atribuída à sua milagrosa interferência a nossa vitória.

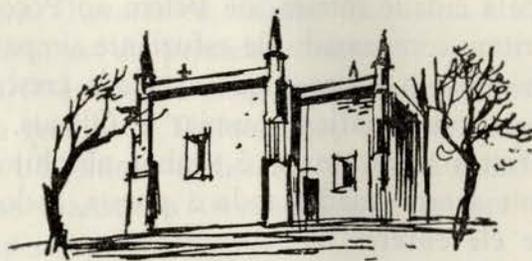
Coelho Gasco, na 1.^a parte das suas *Antiguidades da mui nobre Cidade de Lisboa Império do Mundo e Princesa do Mar Oceano*, ao descrever a fundação da igreja de S. Vicente de Fora, diz:

O primeiro mosteiro que teve esta cidade foi o nobilíssimo convento de S. Vicente de Fora que fundou o grande Rei D. Afonso Henriques seu illustre conquistador, sendo consagrado com grandes festas e solenidades pelo Arcebispo D. João de Braga, onde sepultaram os corpos dos santos mártires que na tomada de Lisboa morreram e ficando ele edificado sobre o sangue de mártires e por isso foi chamado antigamente Casa Santa. Vivendo os conquistadores junto dele puseram um clérigo de mui santa vida chamado Roaldo que aí lhes dizia missa e puseram nele também um sacristão a que chamavam Henrique conforme diz a crónica latina que está neste real templo, etc. etc.

Mais adiante diz:

Nesta ermida colocou o glorioso e triunfante rei a milagrosa imagem do Bem-aventurado Arcebispo-Mártir de Crisópolis, cidade de França, S. Tude que pelos vândalos foi degolado por mandado de Crocus, pela confissão da nossa santa fé católica. Esta Santa Imagem deste glorioso Arcebispo-Mártir trazia consigo a real armada que veio por mandado de Deus a tirar do cativoiro a nossa real princesa Lisboa porque este Santo então florescia em muitos milagres e como o magno Rei nosso conquistador soubesse dela que a traziam os franceses a pediu e logo a mandou passar para o seu devoto mosteiro de S. Vicente, onde esteve venerada e está até ao nosso tempo. A liberdade desta Cidade deve o povo católico lisbonense a esta gloriosa imagem, etc., etc.

Por tudo isto se vê que devemos a nossa linda Lisboa, «Peregrina-Irisada irmã do Tejo», não só à valentia de D. Afonso Henriques e dos seus guerreiros, como também à grande fé deste rei e dos seus homens em S. Tude. É justo, pois, que o nosso Grupo «Amigos de Lisboa» lhe faça uma visita na igreja de S. Vicente de Fora onde, creio, ainda esteja a primitiva imagem, para lhe agradecer e pedir-lhe de novo protecção para a nossa Pátria em perigo, dizendo-lhes: S. Tude rogai por nós!



UMA TRADIÇÃO QUE APESAR DE TUDO TENDE A DESAPARECER

por COSTA GARCEZ

ESTE mês de Junho é mês de festas populares em que o bom povo de Lisboa vem para a rua disposto a cantar e a dançar, dando largas a toda a sua alegria, com o pretexto de celebrar, a seu modo, a memória de Santo António, S. João e S. Pedro.

Há arraiais por toda a parte, não só nos bairros onde a tradição busca raízes inais fundas, como em Alfama, na Mouraria e na Madragoa, mas, igualmente, pela cidade inteira, de Belém ao Poço do Bispo, envolvendo, no mesmo ritmo compassado de esfuziante simpatia, as sete colinas lisboetas, galgando quase o dobro—que a cidade cresceu!... — rumo ao norte, derramando-se por Benfica, Lumiar e Olivais.

Aqui, nestas festas tradicionais, é senhor absoluto o povo. Só ele é capaz de imprimir a esta quadra toda a poesia, todo o sabor vincadamente lisboeta que ele encerra.

É uma herança de séculos que lhe gira nas veias. É o exemplo de outros portugueses, de há muitos séculos, dançando nas ruas da capital, nas noites cálidas de Verão, levando à sua frente El-Rei D. Pedro I que os animava.

Festas do povo e para o povo. Dos arraiais com balões modestos, de pura inventiva da gente humilde das vielas; de festões coloridos, apertando mais e mais as ruas estreitinhas; de tronos toscos onde se venera, numa oração singela, o bom do frade franciscano, nascido na Sé, no coração

de Lisboa, mais tarde feito santo, e depois doutor da Igreja; das sardinhas assadas, comidas à mão, com salada de pimentos e batatas cozidas.

Festas do povo e para o povo que extravasava, pela noite calorenta de Junho, do bairro obscuro, em ranchada álaque, iluminada pela luz mortiça das velas dos balões, pendentos dos arcos, sem assinatura de mestres cenógrafos — rumo ao chafariz mais próximo para cumprir a tradição popular de banhar o rosto na água fresca da fonte, em noite de S. João.

★

Um dia, já lá vão muitos anos, dois verdadeiros amigos de Lisboa, um possuindo uma sensibilidade requintada de pintor e poeta — José Leitão de Barros — outro ardendo num fogo estranho de amor pela cidade e pelo povo humilde dela, cuja alma conhecia como ninguém — Norberto de Araújo — resolveram mostrar à Lisboa *snob* essa tradição deliciosa das *marchas de Santo António*.

A eles se juntou Raul Ferrão, compositor de rara inspiração, autor de melodias incomparáveis e genuinamente portuguesas que deram já a volta ao Mundo.

Outros nomes surgiram, ainda, para animar o despique entre os bairros populares de Lisboa. Lembramos Raul Portela, António Melo, Matos Sequeira, Silva Tavares. Que nos perdoem os outros cujos nomes omitimos aqui!

Os anos passaram. A morte levou Norberto de Araújo, Raul Portela, Raul Ferrão, Silva Tavares e Matos Sequeira. Circunstâncias vivas afastaram os outros, os da primeira hora.

A rotina, ou o desejo de serem sempre melhores, estereotiparam as marchas de Santo António. Tiraram-lhes o cunho popular, para as transformar em mais um mimo dedicado aos estrangeiros que nos visitam.

Inventaram-se marcações tresandando a revista do Parque Mayer, sem o menor respeito pela etnografia.

Fabricaram-se arcos caros, olvidando-se, no entanto, a tradição simples que caracterizava esta manifestação da alma do povo.

Antepôs-se ao desfile das marchas meia dúzia de carros alegóricos, concebidos sem garra, um estilo de água chilra, nem carne nem peixe — como usa dizer-se — onde não imperam folclore nem arte.

As melodias que se cantam, com versos fabricados em série, perderam o cunho bairrista e nada mais são do que a adaptação bafienta de velhos trechos, ouvidos e tornados a ouvir nas revistas do ano.

Se olharmos bem para tudo aquilo, vemos que os próprios *marchantes* perderam o entusiasmo, a *genica* que Norberto de Araújo lhes sabia transmitir e que vão para a rua, não para fazerem valer o seu bairro, mas para cobrarem uns míseros tostões por cada saída.

Sem uma revisão total do processo caminhamos para o desaparecimento total desta tradição tão lisboeta.

Que lhe acudam, enquanto é tempo!



ACTIVIDADE CULTURAL

Quarto trimestre de 1965

A actividade cultural deste trimestre começou em 11 de Novembro com uma conferência na nossa sede, pelo jornalista Sr. Elmano de Lage Simões Coelho, versando o tema *Os Banqueiros Fortunato Chamiço e Henriques Totta*. A conferência teve larga assistência a que compareceram representantes da família Chamiço e directores do Banco Totta-Aliança. Estiveram na mesa o Sr. Francisco José de Carvalho, representante da Família Chamiço e o Sr. Francisco Guimarães, da Direcção do Banco. O orador, que publicará oportunamente a sua conferência, relacionou os acontecimentos do Banco com os aspectos sociais, políticos e económicos da Europa da época dos biografados. Aludindo à fundação do Banco em 1843, na Calçada Nova de S. Francisco, historiou a entrada para o Banco de José Henriques Totta em 1865, como modesto funcionário, e contou vários acontecimentos que evidenciam o alto prestígio pessoal e bancário de Henriques Totta, e o do seu Banco, e bem assim as relações com o grande industrial Alfredo da Silva. Foi muito aplaudido e cumprimentado. À sessão presidiu o nosso Secretário-Geral.

O número 112 do nosso Boletim publicou o retrato de Manuel Maria e um artigo intitulado «Biografia Lisboeta de Bocage», da autoria do nosso Director Sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho.

Em 14 do mesmo mês os «Amigos de Lisboa» deslocaram-se a Setúbal, a propósito das festas do bicentenário do nascimento do poeta Bocage.

Foram em dois autocarros e alguns automóveis, acompanhados pelos Directores Srs. Doutor Eduardo Neves, Dr. Caratão Soromenho, Dr. Couto Santos e Nunes da Silva. Dirigiram-se à Câmara Municipal, onde foram recebidos pelo Vice-Presidente Sr. Eng. António Barroso e o vereador Sr. Manuel Pacheco. O nosso Secretário-Geral saudou Setúbal, a sua edilidade e apresentou o seu colega Dr. Caratão Soromenho, que disse as palavras seguintes:

BOCAGE E O HOMEM DA RUA

Para as breves palavras que vou pronunciar escolhi um título que julgo corresponder ao seu significado fundamental: Bocage e o Homem da Rua.

O Grupo dos «Amigos de Lisboa» não veio à cidade de Setúbal apenas em passeio de estudo, como seria próprio do Grupo e se adaptaria ao espírito do seu estatuto. Nós, os Amigos de Lisboa, viemos prestar homenagem a um dos vultos grandes do Povo Português, dos maiores, seja qual for o campo em que o encaremos ou o processo da sua actividade, pois que Bocage, circunscrito embora ao plano literário da vida nacional, é sempre uma figura de primeiro plano. Foi sob o impulso da Inteligência e a força do Sentimento que o Grupo veio a Setúbal percorrer a terra feliz onde em 15 de Setembro de 1765 abriu o olhos ao Mundo uma criança que imortalizaria o nome Bocage. Foi nesta cidade formosa o berço de Bocage, mas nascia também uma das glórias de Lisboa. É verdade. Bocage viveu na capital a maior parte da sua existência, ali sofreu as maiores dores, ali compôs a parte melhor da sua obra, ali se ilustrou e ali fechou os olhos à luz. E quanto foi amado pelos Lisboetas de então, e sempre o tem sido até hoje, documenta-se na recordação que dele ficou. Não se estranhe o que vou dizer. O Bocage — chocarreiro, boémio, desnordeado, espalha-brasas — não fica diminuído, se pensarmos que foi formado assim para que o homem da rua o entendesse melhor. Ele não poderia compreender nunca o idealista, o pensador, o estilista de linguagem abstracta, o poeta de superior mentalidade; teve de moldá-lo de modo tal que se lhe tornasse acessível, com motivos claros que justificam a admiração por todos sentida. De resto, que fazem as pessoas cultas ao analisar as grandes personalidades, senão reduzi-las a formas especiais, que as libertam das feições tristes e desagradáveis? Quem, ao recordar a conquista de Santarém, vai deter-se na deslealdade cometida com os Mouros? Quem faz sobressair, perante o gesto nobre de Egas Moniz, a atitude do Conde de Portugal? Quem pensa na crueza quase inumana de D. João II ao estudar-lhe a obra? Não é verdade que a gente culta limita a realidade, estrutura o herói em certos aspectos apenas? Que faz, pois, o povo — o povo ingénuo, rude ou ignorante — ao manifestar o seu apreço pelas personagens ilustres? Descreve-as na sua linguagem. Pois bem.

Quantas vezes Bocage e Santo António se juntam no meu espírito, porque foram os dois homens que, no decorrer dos séculos, se fixaram mais enérgicamente nas bocas do povo de Lisboa! Como poderia também o homem da rua entender o pensador de alta espiritualidade, o severo pregador, o frade cándido,

o santo intelectual? Por isso fez do gordo Fernando de Bulhões, deformado pela doença, o rapaz elegante e atraente, e do monge austero o companheiro simples, alegre e compreensivo. O povo de Lisboa viu Bocage como o homem mais inteligente, de maior vivacidade, o mais esperto, de repentismo perturbante, de sarcasmo desapiedado e de graça inigualável. Para o homem da rua, Bocage foi o vingador do pobre que pede e não é atendido, do doente que sofre e não é auxiliado, do angustiado que deseja e não recebe conforto, do perseguido que quer justiça e a quem ninguém escuta.

Não, Bocage não fica humilhado com o anedotário que lhe é atribuído. O povo fala dele na linguagem que lhe é própria. Engrandece-o a seu modo, e superioriza-o a Camões, de quem somente sabe que foi cego de um olho e terá nascido numa povoação, tornada célebre por uma quadra caricatural.

Em Lisboa, desde o homem de classe até o homem modesto, para todos o Poeta foi personagem ilustre, nome de excepção: para quem o estuda — o génio do verbo e o torturado dos sentimentos; para os outros — o vingador dos pobres, dos perseguidos, dos infelizes, das vítimas duma sociedade, que anseia e não se encontra.

Depois de o Sr. Vice-Presidente da Câmara ter agradecido a visita, cumprimentando os «Amigos de Lisboa» e a todos oferecido várias publicações sobre Setúbal, os visitantes admiraram o tríptico da Sala das Sessões e acompanhados pelos mesmos senhores dirigiram-se ao Museu da Cidade, às igrejas de Santa Maria, S. Julião e capela do Bonfim, que viram pormenorizadamente, tendo almoçado na pousada do Castelo de S. Filipe, e retirado para Lisboa ao fim da tarde. Foi uma óptima digressão cultural.

Na quinta-feira, 25, a poetisa Sr.^a D. Laura de Avis realizou na nossa sede uma conferência sobre *A influência de São Tude na tomada de Lisboa aos Mouros*.

A conferencista ilustrou os seus dizeres com poesias de Miguel Trigueiros e da sua autoria e falou demoradamente de São Tude, que se venera na igreja lisboeta de S. Vicente de Fora; da mesma conferência se publica um resumo neste número. Presidiram à sessão os Directores Doutor Eduardo Neves, Eng. Júlio Eduardo dos Santos e Hugo Raposo.

Em 9 de Dezembro realizou-se a visita de estudo às novas instalações do Instituto Pasteur de Lisboa, em Cabo Ruivo. Recebidos no átrio-museu do edifício pelo administrador-delegado Sr. Joaquim Leitão e pelo director dos serviços técnicos e industriais Dr. Duarte Ferreira, os visitantes foram saudados pelo primeiro, a que respondeu o signatário. Depois de percorrerem as magníficas instalações do

Instituto, fundado em 1895, foram obsequiados com um vinho de honra no fim da visita.

Em 12 de Dezembro, para findar a actividade cultural do ano, deslocaram-se algumas centenas de consócios à igreja paroquial de Benfica, da invocação de Nossa Senhora do Amparo, tendo sido recebidos pelo nosso consócio, o Reverendo Prior Padre Álvaro Proença, que elucidou os visitantes sobre a história da igreja e do local e os acompanhou às recentes e notáveis instalações assistenciais, ultimamente construídas no adro da igreja.

Os visitantes foram acompanhados pelos Directores Drs. Eduardo Neves e Paulo Caratão Soromenho, Coronel Afra Nozes e Hugo Raposo, e vieram encantados com a boa obra social prestada aos paroquianos menos abastados.

Durante o trimestre, o Grupo fez-se representar em várias sessões e comemorações: na conferência sobre Bocage, que o Prof. Doutor Hernâni Cidade realizou na Sociedade de Língua Portuguesa, o Grupo foi representado pelo signatário, que esteve na mesa, e pelos Directores Dr. Caratão Soromenho, que presidiu, como director da Sociedade, e pelo Eng. Júlio Eduardo dos Santos; na sessão inaugural da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, o Grupo esteve representado pelo nosso Secretário-Geral-Adjunto, Dr. Alberto Gomes; na inauguração da Exposição comemorativa do 4.º Centenário do Rio de Janeiro na Biblioteca da Ajuda, representou o Grupo o nosso Secretário-Geral e na sessão bocagiana que a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa promoveu no Palácio Galveias compareceram em nome do Grupo o Prof. Doutor Raul de Carvalho, nosso Presidente da Assembleia Geral, e os Directores Srs. Dr. Alberto Gomes e Eng. Júlio Eduardo dos Santos.

Primeiro trimestre de 1966

Durante o primeiro trimestre do ano corrente, o mês de Janeiro foi ocupado com a sessão da Assembleia Geral Ordinária, onde foi aprovado o Relatório da Junta Directiva referente à gerência de 1965 e respectivo Parecer da Comissão de Contas (documentos que serão publicados no próximo número de *Olisipo*), e com uma visita ao Asilo D. Pedro V, no Campo Grande, realizada em 30 de Janeiro, que a

essa centenária instituição de assistência levou numerosos consócios. Fomos recebidos pelo Director Sr. Visconde da Charruada, auxiliado na direcção da visita pela Regente do Asilo, a Sr.^a D. Ester Pereira Flórido Toscano.

O mês de Fevereiro, como se anunciou, foi destinado à comemoração do nosso 30.^o aniversário, como se refere noutro local.



Parte da assistência ao almoço comemorativo do 30.^o aniversário

Em Março, realizaram-se quatro números das nossas actividades culturais. O primeiro foi a 53.^a sessão de «Colóquios Olisiponenses», em que o Doutor Eduardo Neves e o Sr. Hugo Raposo se ocuparam, respectivamente, do «Culto de Santo António nas Filipinas» e «1.^o Centenário da morte do Conde Ferreira». O Doutor Eduardo Neves apresentou um folheto impresso em língua visiaia contendo «novela, biografia e orações a Santo António de Lisboa» e um cromo do Menino Jesus de Cebu, ilha descoberta por Fernão de Magalhães em 1521 e

comemorando o V centenário do seu culto na região. O Sr. Hugo Raposo informou de que a 24 de Março se prefazia o 1.º centenário da morte do Conde de Ferreira que, em seu testamento, deixou legados para a construção de 120 edifícios para escolas primárias em várias vilas do país.

A 17 e 24 do mesmo mês, realizaram-se visitas de estudo às novas instalações das oficinas da firma Bertrand (Irmãos), no Dafundo, onde os visitantes foram recebidos pelo sócio gerente, Sr. Carlos Bertrand, e acompanhados por funcionários superiores da mesma firma.

No domingo 20, realizou-se a visita de estudo ao Museu Etnológico Dr Leite de Vasconcelos, dirigida pelo director interino Dr. Saavedra Machado, que acompanhou os visitantes demoradamente, explicando quase uma a uma as peças do rico recheio.

Compareceram numerosos associados e os Directores Srs. Hugo Raposo e Drs. Eduardo Neves e Caratão Soromenho, tendo o signatário agradecido as facilidades concedidas.

E. N.



Evocação de Estêvão Amarante

FOI-NOS pedido por sua viúva e por seu afilhado Sr. Manuel Tavares o patrocínio para esta evocação a realizar em Fevereiro último.

Estêvão Amarante era natural de Lisboa, foi o nosso sócio n.º 112, admitido em 1937, e colaborou nalgumas das nossas realizações artísticas, particularmente na Evocação do Café Martinho, em 26 de Dezembro de 1936, e num almoço da Quinta de S. Vicente.

A Direcção em vista destes factos e ainda em virtude de serem tipos lisboetas a maior parte das suas criações resolveu em 13 de Janeiro deste ano conceder-lhe o patrocínio pedido nos termos do ofício enviado a sua viúva D. Lídia Amarante, que dizia:

Em sequência da conversa havida com V. Ex.^a e o Sr. Manuel Tavares, tenho o prazer de comunicar que na última reunião da Junta Directiva deste Grupo foi resolvido aceder ao pedido feito de, este Grupo, patrocinar a evocação do nosso falecido consócio e colaborador o actor Estêvão Amarante, a realizar no próximo mês de Fevereiro do ano corrente. Estêvão Amarante além de nosso consócio durante vários anos colaborou connosco em algumas realizações culturais e incarnou na sua vida profissional vários tipos lisboetas e por isso bem merece a simpatia do Grupo, a evocação da sua vida.

Do programa que nos foi anunciado fazia parte a celebração duma missa por alma de Estêvão Amarante, rezada por Monsenhor Moreira das Neves, e a abertura da sessão com palavras do mesmo Reverendo Senhor, ditas pelo actor Manuel Lereno. Da comissão de honra, a que presidia a ilustre actriz Palmira Bastos, foi-nos anunciado e corre impresso que faziam parte, além do Grupo, os Srs. Dr. Osório Vaz, Governador Civil de

Lisboa; General António Vitorino França Borges, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Directores dos Jornais *A Voz*, *Diário de Lisboa*, *Diário da Manhã*, *Diário Popular*; e Artur Inês, chefe de Redacção da *República*; escritores Dr. José Galhardo, Presidente da Sociedade de Autores e Compositores Teatrais; Carlos Selvagem, Dr. José Leitão de Barros, Dr. Tito Arantes, jornalista António Morais de Carvalho e D. Amélia Rey Colaço, pelo Teatro Nacional de D. Maria II.

Pelo que se vê o Grupo só patrocinou a evocação referida, devido ao mérito do ilustre actor e aos nomes inscritos na comissão de honra, nada tendo, como é óbvio com a organização do respectivo espectáculo, a que foi naturalmente e em absoluto estranho.

Para evitar equívocos ou erradas interpretações ou referências se publica este esclarecimento.

ALMEIDA BASTO & PIOMBINO & C.^A

B A N Q U E I R O S

Depósitos à ordem e a prazo	Serviço de títulos
Letras	Ordens de Bolsa
Operações com o estrangeiro	Câmbios - Travellers cheques
Transferências	Numismática

Rua do Ouro, 50, 52, 54 — LISBOA — Telef. 3 03 08/9 e 36 60 66/7

FELICITAÇÕES E OFERTAS

A propósito do nosso 30.º Aniversário escreveram-nos vários consócios e entidades e o caso foi referido largamente na Imprensa. Enviaram-nos por escrito os seus cumprimentos a Tertúlia Edípica, Dr. Luís de Oliveira Guimarães, jornalista João Ruivo, D. Carolina Homem Cristo, o jornalista José Gonçalves Rodrigues, do *Diário do Alentejo*, a poetisa D. Christina Bérens Freire, os Amigos do Porto, a Voz do Operário, a Casa dos Tabuenses, o Dr. Abel Monteiro, de Nisa.

Por ocasião do princípio do ano e coincidindo com as comemorações do 30.º aniversário, um grupo de sócios fez distribuir uma circular apelando para a generosidade dos seus consócios a exemplo do feito aquando dos vinte anos, a fim de oferecerem uma *nota* como brinde ao Grupo. A Direcção confessa-se grata a esse grupo de carolas, como eles mesmo se apelidam, e dá conta de terem sido recebidas até esta data as ofertas dos sócios abaixo designados.

Contribuíram:

Com 500\$00 — os sócios n.ºs 371 e 3159.

Com 200\$00 — os sócios n.ºs 108 e 1580.

Com 100\$00 — os sócios n.ºs 40, 86, 95, 275, 340, 481, 1284, 1504, 1609, 1775, 1943, 1969, 2536, 2622, 2684, 2892, 2938, 3032, 3061, 3181, 3214, 3379, 3413, 3504.

Com 50\$00 — os sócios n.ºs 27, 348, 479, 489, 1216, 1527, 1981, 2101, 2227, 2571, 2814, 2964, 3029, 3030, 3051, 3259, 3395, 3475.

Com 20\$00 — os sócios n.ºs 575, 1294, 1472, 1885, 2054, 2651, 3054, 3313, 3472.

A todos muito se agradece.

30 de Abril de 1966



Feira da Ladra



FICHEIRO

30. Liga de Cegos João de Deus

Joaquim Folgado, António Maria Tavares e Joaquim Guerrinha, entre outros, fundaram em 23 de Julho de 1951, a Liga de Cegos João de Deus.

Contrapondo-se a uma finalidade essencialmente caritativa — que, no caso sujeito, é uma depreciação da personalidade — presidiu à fundação desta Liga o desejo de integrar os invisuais no mesmo plano de convívio social, proporcionando-lhes os meios de instrução e cultura ou readaptação profissional mais indicados. Assim, o cego será, necessariamente, um elemento válido da comunidade.

No segundo andar do n.º 46 da Rua de Santa Marta tem a Liga a sua sede.

A acção cultural desenvolve-se por intermédio de uma biblioteca em *Braille* que conta já numerosas obras; por gravações em fita magnética que proporcionam formação intelectual de reconhecido interesse e ainda por sessões de declamação e música no seu salão, provido de palco.

A assistência social é prestada aos invisuais mais carecidos, não sendo esquecidos os seus filhos que a Liga veste no dia 8 de Março de cada ano, assinando a data do nascimento do seu patrono.

Cedência de instalações para estudo aos invisuais que andam a tirar os seus cursos, auxílio para a aquisição de livros e material didáctico, secção de máquinas para tricotar e posto de enfermagem são modalidades que completam a assistência prestada.

Não esqueceram os dirigentes o aspecto meramente recreativo, organizando salas com jogos apropriados.

É esta a finalidade da Liga de Cegos que escolheu para seu patrono João de Deus, o admirável lírico, cujo enternecimento pelos invisuais está bem patente nas suas admiráveis poesias «Miséria», «Braille» e «Ceguinha», arquivadas nesse maravilhoso *Campo de Flores*, que Guerra Junqueiro preferia chamar *Campo de Estrelas*.

31. Caixa Económica Operária

Corria o ano de 1876, e no dia 27 de Maio, no segundo andar do n.º 8 da Rua do Vigário, em Alfama, tiveram a sua primeira reunião dezoito operários que decidiram fundar a Caixa Económica Familiar, tendo por fim os empréstimos e a compra de bilhetes de lotaria. A quota estipularam-na em 50 réis semanais.

Em 21 de Outubro, adoptou a designação de Caixa Económica Operária e a 22 de Novembro daquele ano de 1876 realizou a sua instalação definitiva.

Ao cabo de dois anos de actividade cooperativa, já a Caixa Económica Operária atribuía dividendos.

Em 1880, associando-se às comemorações do tricentenário de Camões, inaugurou uma biblioteca com centenas de volumes.

Em 30 de Março de 1884, editou um jornal à memória de José Fontana, colaborado apenas pelos seus associados.

Correspondendo ao desejo de possuir uma sede, a Câmara Municipal de Lisboa, por instâncias de Augusto Fuschini e Simões de Almeida, cedeu-lhe gratuitamente terreno na então Rua Nova da Infância — actualmente Rua da Voz do Operário.

Edificada a sede — inicialmente com dois pisos e posteriormente ampliada — mais se desenvolveu a Cooperativa, realizando frequentes actos culturais no seu belo salão.

Foi já na sua nova sede que, em 26 de Maio de 1889 e em sessão presidida por Sousa Brandão, se inaugurou uma exposição operária, cuja finalidade era evidenciar o estado de aperfeiçoamento dos diversos officios e profissões manuaes. Consagrando-a foi publicado o jornal *A Exposição Operária de 1889*, colaborado por diversos escritores.

Patente até 8 de Setembro, o certame revelou a competência dos 500 operários concorrentes e a dedicação de 17 agremiações, entre as quais figuraram a Cooperativa Indústria Social, a Associação dos Manipuladores de Tabaco, a Cooperativa de Tecidos de Alcântara e a Associação Tipográfica.

O número de trabalhos expostos atingiu um milhar.

Do júri de classificação que atribuiu 124 galardões fez parte o notável artista-operário que foi Leandro Braga.

32. *Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul*

Um grupo de 47 músicos fundou, em 7 de Setembro de 1885, na Rua dos Poiais de S. Bento, onde se manteve até 1894, a Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, então votada ao culto da música, actividade que manteve até cerca de 1910.

Mais conhecido como o primeiro bombeiro voluntário português e principal fundador da primeira corporação de bombeiros voluntários, muitos estranharam a razão por que Guilherme Cossoul foi escolhido para patrono de uma colectividade de cultura musical.

Essa razão filia-se na circunstância de Cossoul — nascido em Lisboa, em 22 de Abril de 1829 e falecido em 26 de Novembro de 1880 — ter sido notável professor de música, e daí a homenagem póstuma desses humildes amadores da divina arte dos sons.

Em 26 de Dezembro de 1896, correspondendo aos justos anseios da sua massa associativa, criaram na Sociedade um grupo dramático, sob a orientação do sócio e professor José Jorge da Silva, iniciativa que criou raízes e granjeou tal fama, que um dia o saudoso Jorge Faria apelidou a «Guilherme Cossoul» de «Conservatório» da Esperança, uma vez que a sua sede está situada na Avenida D. Carlos I, naquele típico bairro citadino.

Com a sua actividade teatral — que já revelou para a cena portuguesa valores como Jacinto Ramos, José Viana, Raul Solnado e Varela Silva — levou à cena originaes de Raul Brandão, Alves Redol, Júlio Dantas, João Pedro de Andrade, Romeu Correia, António Aleixo, Sidónio Muralha, José Viana, Carlos Vítor Ma-

chado, Varela Silva e Luís Francisco Rebelo, devendo acentuar-se Gil Vicente, Almeida Garrett e D. Francisco Manuel de Melo para a presença, não menos honrosa, do nosso teatro clássico.

Além desta actividade, a Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul tem à disposição dos associados, na sua sede, uma biblioteca, sala de jogos e balneário, não esquecendo a acção beneficente dispensada às crianças anualmente, vestindo-as e calçando-as, e oferecendo-lhes nesse dia, além de merenda e brinquedos, um espectáculo adequado, para se assinalar na Esperança o *Natal dos Pequeninos*.

Zacarias da Silva

Os nossos 30 anos!

Festejámos os 30 anos do nosso Grupo «Amigos de Lisboa».

Ao nosso pensamento ocorrem duas ideias — que 30 anos foram há muito tempo e que 30 anos foram ontem!

Por mais que queiramos fixar-nos numa delas, emaranhamo-nos e não sabemos bem como destrinchá-las. Foi há muito tempo ou foi ontem?

O que se passa connosco, sucede certamente com todos os seres humanos: a indecisão em casos idênticos...

Contudo, 30 anos são 30 anos que a ampulheta do Tempo conta, e nada destrói.

Vivíamos então na Civitas Virginis e, ao primeiro toque de clarim, correremos céleres a marcar presença na sua fundação e organização; tão rápidos fomos, que ficámos entre os sócios fundadores, com o n.º 64!

Para se querer à nossa Terra é necessário sairmos dela, vivermos longe.

Quando nela habitamos, tudo se passa à nossa volta indiferentemente, pois não conhecendo outra, não fazemos comparações.

Afastados, surgem-nos à mente: a infância, a adolescência — a escola, o liceu, o serviço militar — e nesse amalgama de sentimentos e saudade, vêm à nossa imaginação os amigos, os lugares que mais frequentámos enquanto pequenos e, então, tudo quanto nos rodeia é tão estranho, tão diferente daquilo que nos rodeou!

Recorda-nos que, na ânsia de fazer progredir o Grupo «Amigos de Lisboa», com a responsabilidade de sócio fundador, chamámos a nós uma parte da sua propaganda e lá de longe, a 300 quilómetros de distância, enderecávamos sobrescritos com circulares orientadas pela Direcção; enviávamo-las aos milhares para Lisboa, pelo correio, servindo-nos das direcções colhidas pelo Anuário Comercial e pela lista telefónica da Capital.

Por vezes, deslocámo-nos propositadamente a Lisboa, para acompanhar o nosso Grupo em visitas de estudo, entre as quais ou, delas destacamos, a do Palácio Nacional da Ajuda que nos deixou imprecívvel recordação e a da igreja de S. Vicente de Fora.

Mais tarde, já em Lisboa, as magníficas e curiosas visitas ao Aqueduto das Águas Livres, ao Depósito de Águas dos Barbadinhos, ao Palácio Fronteira em S. Domingos de Benfica, e a inesquecível viagem aos arquipélagos dos Açores e Madeira seriam, só por si, razão de termos sido dos primeiros a correr para as fileiras dos verdadeiros olisiponenses.

Bem hajam as Direcções que, desde há 30 anos, têm suportado e desfraldado o estandarde barrista. Vamos lutar por mais 30 anos?!

Pro Olisipo Semper.

M. Chaves Caminha
Sócio n.º 64

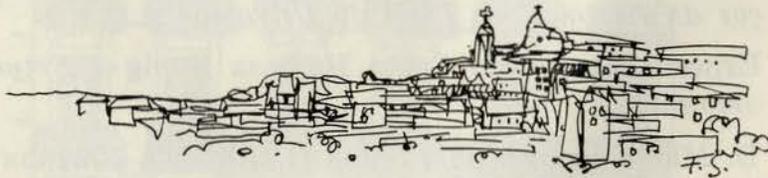
Culto de Santo António nas Filipinas

Por amável oferta da nossa consócia D. Maria Júlia Girão Dancel, actualmente residente em Quezon, nas Filipinas, posso hoje apresentar aos coleccionadores da bibliografia do nosso Santo e aos seus devotos notícia de um folheto de 44 páginas, intitulado *Novena del Glorioso confesor de Jesu-Cristo san Antonio de Padua*, impresso em 1959 na Cebu Star Press na Cidade de Cebu, na ilha do mesmo nome do arquipélago das Filipinas. Este folheto impresso em língua visaia é distribuído pelo Colégio de La Immaculada Concepcion da mesma cidade. Contém uma breve notícia da vida do Santo e uma devoção com orações e responsório para os dias 13 de cada mês. O curioso folheto marca o nascimento em Lisboa do nosso Santo e relaciona o culto que tinha da parte de S. Francisco Xavier. Um dos

responsórios, escrito em espanhol, com que fecha o folheto em questão alude aos milagres do Santo e às invocações mais frequentes que lhe dirigem os devotos, sossegar as iras do mar, reaver os bens perdidos, etc., tal qual como é de hábito nas outras devoções publicadas.

A amável ofertante, no bilhete que acompanha a oferta, alude ao facto de serem consideradas dia do Santo todas as terças-feiras e juntamente envia um bonito cromo referente ao 4.º centenário do Santo Niño de Cebu e a data 1565/1965. Cebu é uma ilha do arquipélago das Filipinas muito estreita e comprida e foi descoberta em 5 de Abril de 1521 por Fernão de Magalhães, e tem por capital a cidade de Cebu. Julgo de interesse pela nacionalidade do descobridor da ilha e pela devoção pelo Santo nosso patrício trazer ao conhecimento estas duas espécies deveras interessantes.

E. N.



Sócios admitidos
no 2.º Semestre de 1965

- 3 517 — Padre Artur de Albuquerque Sobral — *Pároco de S. Cris-
tóvão*
- 3 518 — Manuel de Araújo Leal — *Comerciante*
- 3 519 — Padre Isaías da Rosa Pereira — *Sacerdote Católico*
- 3 520 — D. João Carlos da Franca de Horta Machado (Conde de Alte
e de Marim) — *Proprietário*
- 3 521 — Manuel Chaves Caminha, Ltd. — *Comerciantes*
- 3 522 — Padre Álvaro Proença — *Prior de Benfica*
- 3 523 — Gustavo da Silva Mota — *Oficial do Exército e Médico-Vete-
rinário*
- 3 524 — Mário Hermínio da Mota — *Funcionário Superior dos Servi-
ços da Aeronáutica Civil do Ultramar*
- 3 525 — Ernesto Ubrech do Couto Barbosa König — *Estudante Uni-
versitário*
- 3 526 — D. Maria Branca de Freitas G. Almeida Farinha — *Funcio-
nária Pública — Direcção Hidráulica do Tejo*
- 3 527 — D. Maria Antonieta Vieira — *Doméstica*
- 3 528 — D. Maria Rita Granado do Amaral — *Professora do Ensino
Liceal Particular*
- 3 529 — António Bagulho Saramago — *Comerciante*
- 3 530 — D. Maria da Costa Lança de Vasques Tenreiro — *Funcio-
nária da Junta de Investigação do Ultramar*
- 3 531 — Alberto Manique — *Empregado Bancário.*



Actual sede do Grupo, no Largo Trindade Coelho



Edifício da sede anterior, no Chiado

ALGUMAS DAS EDIÇÕES DO GRUPO AINDA À VENDA

	PREÇOS	
	Sócios	Público
O CAMPO DE SANTA CLARA, por <i>António Ribeiro da Silva e Sousa</i>	13\$50	15\$00
A COR DE LISBOA, colaboração de vários autores ...	13\$50	15\$00
O «DIÁRIO DE NOTÍCIAS» E O SÉCULO XIX, por <i>Luís Teixeira</i>	4\$00	5\$00
FANTASIAS SOBRE A ORIGEM DO NOME DE LISBOA, pelo <i>Eng. A. Vieira da Silva</i>	13\$50	15\$00
A IRMANDADE DE S. LUCAS, por <i>F. A. Garcez Teixeira</i>	13\$50	15\$00
LISBOA (Comédia), por <i>Gustavo de Matos Sequeira</i>	18\$00	20\$00
LISBOA DE OUTRORA (2.º e 3.º vols.), por <i>Tinop</i> — cada	13\$50	15\$00
OLISIPO BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS, por <i>Alfredo da Cunha</i>	13\$50	15\$00
RONDA E SILVA DE LISBOA VELHA, por <i>António Ribeiro da Silva e Sousa</i>	9\$00	10\$00
URBANIZAÇÃO DE LISBOA, colaboração variada ...	4\$00	5\$00



FOR SOUVENIRS

VISTA ALEGRE

Porcelanas

●
LOJAS:

Largo do Chiado, 18 - LISBOA

Av. Navarro, 42 - COIMBRA

R. Cândido Reis, 18 - PORTO

SEDE

L. BARÃO DE QUINTELA, 3-1.º

LISBOA

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvária, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

●
Rua Augusta, 161 - Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO

Edifício do Cruzeiro - ESTORIL

CÂMARA
MUNICIPAL
DE
LISBOA

Publicações Turísticas

●
MONOGRAFIAS
DE ARTE E
TURISMO

Castelo de S. Jorge, por Costa Garcez; *Museus de Lisboa*, por Fernando Castelo Branco; *Chafarizes de Lisboa*, por Luís Chaves; *Portas e Brasões de Lisboa*, por Luís Ferros Ponce de Leão; *O Tejo*, por Mário Pires; *Parque Municipal de Turismo e Campismo*, por Janine Quintin e João Pina Vidal; *Monumentos de Lisboa*, por Maia Atayde; *Estufa Fria*, por Jean Chabloz; *Arredores de Lisboa*, por Ester de Lemos e Maia Atayde; *Miradouros de Lisboa*, por João Pina Vidal e *Jardins de Lisboa*, por Natércia Freire.

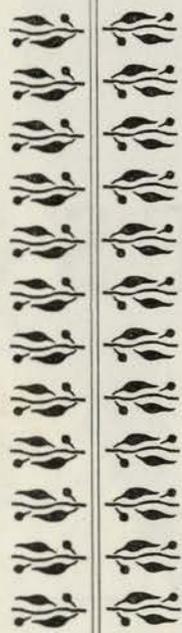
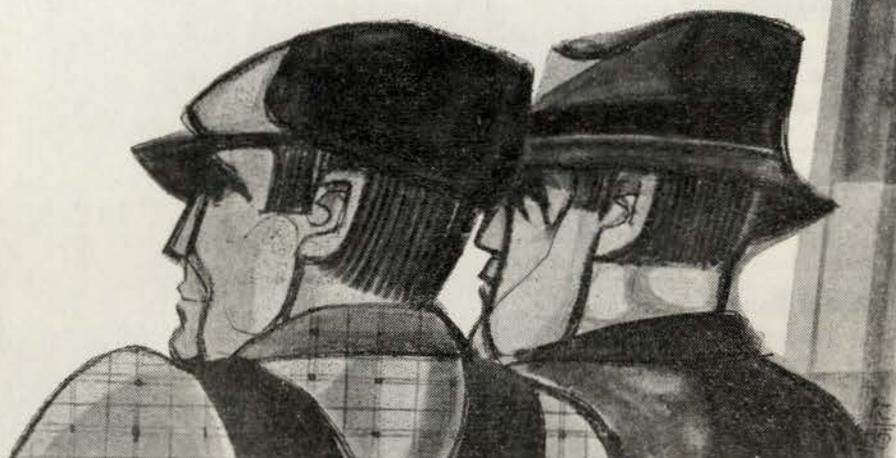
Ao preço de 7\$50 cada

●
OUTRAS PUBLICAÇÕES

<i>Lisboa</i> , de Luís Teixeira	— ao preço de	15\$00
<i>Lisboa — Roteiro Turístico</i>	— » » »	12\$50
<i>Lisboa — Cidade de Turismo</i>	— » » »	150\$00



AO SERVIÇO DO PROGRESSO DA CIDADE



1926



1966



Casa Chaves Caminha
LISBOA PORTO

40
ANOS

AO SERVIÇO
DA INDÚSTRIA E AGRICULTURA

COMPANHIA
SEGUROS
TRANQUILIDADE

Fundada em 1871



Capital e Reservas em 1964
680 MIL CONTOS

LISBOA

R. Augusta, 39-41 - Tel. 369261

PORTO

R. Cândido dos Reis, 105 - Tel. 26572

**FREDERICO
D'ALMEIDA**

**Encadernador
Pautador**

R. António Maria Cardoso, 31 (ao Chiado)

Telefone 32 01 07

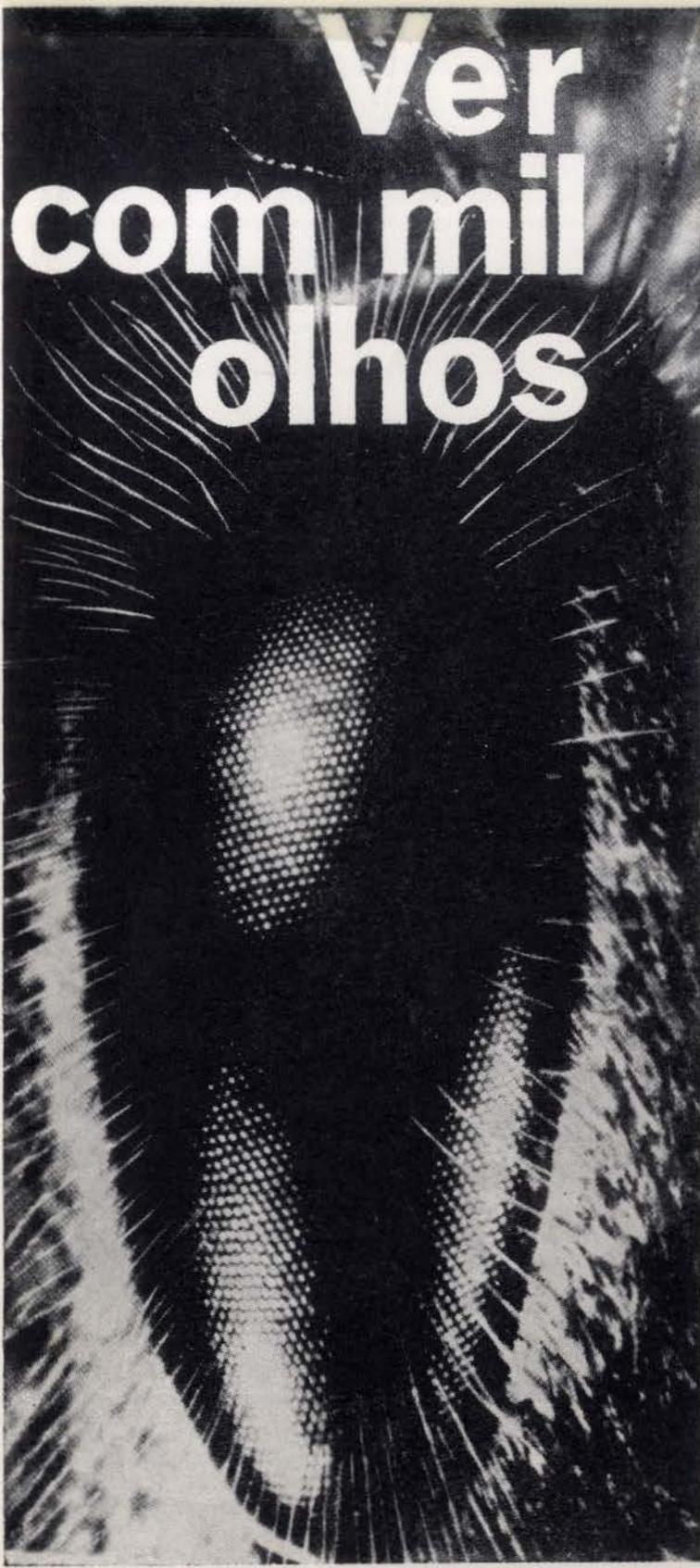
LISBOA

**B E B A
C E R V E J A**

S A G R E S

A SEDE QUE SE DESEJA

Ver com mil olhos



Isto é o olho de uma abelha. Os seus milhares de «olhos» captam outras tantas imagens diferentes, que a abelha funde numa imagem única. Espantosa abelha...!

Também a MOBIL, uma das grandes companhias petrolíferas mundiais, retém milhares de imagens diferentes do grande mundo da indústria e dos transportes, mas mantém-nas nítidas e separadas. Isto é ainda muito mais, do que faz a abelha...!

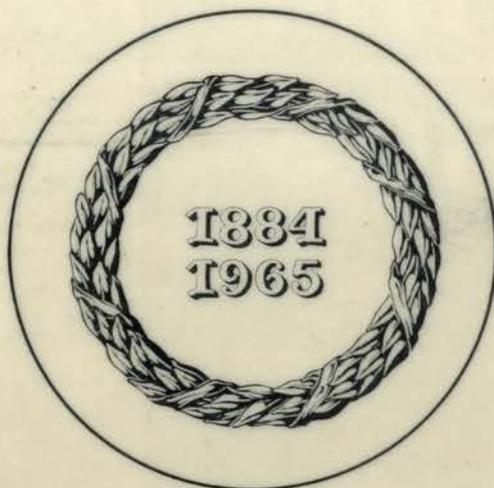
Na investigação, na produção e no aperfeiçoamento de produtos, a actividade da Mobil assemelha-se a uma gigantesca colmeia — e assim se mantém há perto de 100 anos...

Os combustíveis e lubrificantes MOBIL são os preferidos em todo o mundo por grande parte dos transportes, quer por estrada, quer por via férrea, por mar ou por ar; a indústria utiliza não só os combustíveis e lubrificantes, como outros produtos MOBIL derivados do petróleo, que contribuem para o fabrico de artigos que vão dos plásticos ao «batón» das senhoras, das tintas aos perfumes, do papel aos cremes de beleza, além de centenas e centenas de tantos outros necessários ao dia a dia da vida moderna.



Mobil Oil Portuguesa

TRADIÇÃO
E
PROGRESSO



BANCO BORGES & IRMÃO



PORTO - Rua de Sá da Bandeira, 12
LISBOA - Largo de S. Julião, 6
AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS